

**LEI ORGÂNICA**  
**DO**  
**MUNICÍPIO**  
**DE**  
**GLAUCILÂNDIA**

185  
60  
245

SUMÁRIO

PREÂMBULO

TÍTULO I  
DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I  
DO MUNICÍPIO

seção I

Disposições Gerais (arts. 1º a 8º)

seção II

Da Divisão Administrativa (arts. 9º a 13º)

seção III

Do Patrimônio do Município (arts. 14º a 19º)

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

seção I

Disposições Gerais (arts. 20º e 21º)

seção II

Da Competência Privativa (art. 22º)

seção III

Da Competência Concorrente (art. 23º)

seção IV

Da Competência em Cooperação (arts. 24º e 25º)

*Alitação ss. VIII*

*seção - escolas e outros  
da municipalização*

TÍTULO II  
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS (arts. 26º a 47º)

CAPÍTULO II

DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS (arts. 48º a 61º)

CAPÍTULO III

DOS SERVIDORES E OBRAS PÚBLICAS (arts. 62º a 76º)

CAPÍTULO IV

DAS LICITAÇÕES (arts. 77º a 81º)

CAPÍTULO V

DOS ATOS MUNICIPAIS (arts. 82º a 85º)

CAPÍTULO VI

DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL (arts. 86º a 90º)

TÍTULO III  
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO (art. 91º)

CAPÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO

seção I

Disposições Gerais (arts. 92º a 102º)

seção II

Dos Vereadores (arts. 103º a 108º)

seção III

Das Atribuições da Câmara Municipal (arts. 109º a 113º)

seção IV

Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposições Gerais (art. 114º)

Subseção II

Da Emenda à Lei Orgânica (art. 115º)

Subseção III

Das Leis (art. 116º a 122º)

Subseção IV

Dos Decretos Legislativos e das Resoluções (arts. 123º a 125º)

Subseção V

Do Veto (art. 126º)

Seção V

Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Subseção I

Disposições Gerais (art. 127º a 131º)

Subseção II

Do Controle Externo (art. 132º a 140º)

Subseção III

Do Controle Interno (art. 141º e 142º)

CAPÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

seção I

Disposições Gerais (arts. 143º a 151º)

seção II

Das Atribuições do Prefeito (art. 152º)

seção III

Das Responsabilidades do Prefeito e do Vice-Prefeito (arts. 153º a 159º)

seção IV

Dos Secretários Municipais (arts. 160º e 161º)

seção V

Da Procuradoria do Município (arts. 162º a 164º)

seção VI  
Da Guarda Municipal (art. 165°)  
CAPÍTULO IV  
DOS DISTRITOS  
seção I  
Disposições Gerais (arts. 166° a 167°)  
seção II  
Dos Conselheiros Distritais (arts. 168° a 173°)  
seção III  
Do Administrador Distrital (arts. 174° e 175°)

**TÍTULO IV  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL  
seção I  
Princípios Gerais (arts. 176° a 188°)  
seção II  
Dos Tributos Municipais (arts. 189° a 192°)  
CAPÍTULO II  
DAS FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS  
seção I  
Disposições Gerais (arts. 193° a 197°)  
seção II  
Do Orçamento Municipal (arts. 198° a 210°)  
seção III  
Da Gestão de Tesouraria (arts. 211° a 213°)  
seção IV  
Da Organização Contábil (arts. 214° a 218°)

**TÍTULO  
DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL**

CAPÍTULO I  
Disposições Gerais (arts. 219° a 223°)  
Da Ordem Social  
CAPÍTULO II  
Da Política Urbana (arts. 224° a 227°)  
CAPÍTULO III  
Da Seguridade Social (art. 228°)  
CAPÍTULO IV  
Da Ordem Econômica (arts. 229° a 239°)  
CAPÍTULO V

V



Da Saúde Pública (arts. 240° a 249°)

**CAPÍTULO VI**

Da Assistência Social (arts. 250° a 251°)

**CAPÍTULO VII**

Da Educação, da Cultura e do Desporto

seção I

Da Educação (arts. 252° a 265°)

seção II

Da Cultura (art. 266°)

seção III

Do Desporto e do Lazer (arts. 267° e 268°)

**CAPÍTULO VIII**

**DO MEIO AMBIENTE (art. 269°)**

**CAPÍTULO IX**

Dos Deficientes, da Criança e do Idoso (arts. 270° a 273°)

**CAPÍTULO X**

Da Previdência Social (arts. 274° a 277°)

**TÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES ORGÂNICAS GERAIS (arts. 278° a 289°)**

## **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GLAUCILÂNDIA**

### **PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo do Município de Glaucilândia, reunidos em Câmara Constituinte para a instituição das normas de organização administrativa do Município, com o propósito de confirmar a autonomia municipal e consolidar os princípios estabelecidos na Constituição da República e na Constituição do Estado, promovendo a descentralização poder e assegurando o seu controle pelos cidadãos, dentro de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, sob a proteção de Deus, promulgamos a seguinte **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GLAUCILÂNDIA.**

## TÍTULO I

### Da Organização do Município

## CAPÍTULO I

### Do Município

## SEÇÃO I

### Disposições Preliminares

**Art. 1º** - O Município de Glaucilândia organiza-se e rege-se pelos preceitos desta **LEI ORGÂNICA** e demais leis a adotar, com personalidade jurídica, incorporado ao Estado de Minas Gerais e integrado à República Federativa do Brasil.

§ 1º - Todo o poder do Município emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos diretamente, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado de Minas Gerais e desta Lei Orgânica.

§ 2º - A autonomia do Município é assegurada:

I - pela eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e Vereadores;

II - pela administração própria, no que respeita aos seus interesses locais, especialmente quanto:

a) - à decretação, arrecadação e aplicação dos tributos de sua competência;

b) - Organização dos serviços públicos locais;

§ 3º - No exercício de sua autonomia o Município observará as normas das constituições Federal e Estadual.

§ 4º - A sede do Município é a cidade de Glaucilândia que lhe dá o nome.

§ 5º - O Município é representado pelo Prefeito Municipal, no exercício de seu cargo.

**Art. 2º** - O Município tem por finalidade, promover o bem de todos os habitantes, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor e idade; e, por objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade:

II - promover o ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso ou parcelamento de ocupação do solo urbano;

III - organização e prestação de serviços públicos de interesse local,

diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, incluído o transporte coletivo de passageiros, que tem caráter essencial;

IV - cooperar com a União e o Estado e associar-se a outros Municípios, na realização dos interesses comuns;

V - promover, de forma integrada, o desenvolvimento social e econômico de sua população;

VI - promover planos, programas e projetos, de interesse dos segmentos mais carentes da sociedade;

VII - estimular e difundir o ensino e a cultura, proteger o patrimônio cultural e histórico e o meio ambiente, e combater a poluição, em qualquer de suas formas;

VIII - preservar a moralidade administrativa;

IX - promover o desenvolvimento econômico e social de seus distritos;

**Parágrafo Único** - É vedado ao Município:

I - recusar fé aos documentos públicos;

II - criar distinções entre os munícipes ou preferências entre eles;

III - estabelecer ou subvencionar, de qualquer forma, cultos religiosos ou igrejas, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança;

IV - subvencionar, de qualquer forma, partidos ou instituições de natureza político-partidária;

V - impedir, de qualquer forma, a livre manifestação do pensamento e as expressões de atividade intelectual, artística, religiosa, científica, política e de comunicação;

VI - desviar parte de suas rendas para aplicá-las em serviços que não os seus, salvo acordo com a União, o Estado e outros Municípios, em caso de interesse comum, com aprovação legislativa;

VII - contrair empréstimos e realizar operações e acordos da mesma natureza, sem prévia autorização da Câmara Municipal;

VIII - contrair empréstimos sem autorização legislativa e que não estabeleçam expressamente o prazo de liquidação;

IX - remunerar, ainda que temporariamente, servidor federal ou estadual, exceto em caso de convênio com a União ou com o Estado, para a execução de serviços comuns.

**Art. 3º** - É mantido o atual território do Município, cujos limites somente poderão ser alterados nos termos da Constituição do Estado.

**Art. 4º** - São símbolos do Município: a bandeira e outros que vierem a ser estabelecidos, representativos de sua cultura e história.

**Art. 5º** - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

**Parágrafo Único** - O poder Judiciário é exercido pelo Estado, nos limites

Jurisdicionais do Município.

Art. 6º - O Município assegurará, em seu território e nos limites de sua competência, os direitos e garantias fundamentais que a Constituição da República confere aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país.

# § 1º - independe do pagamento de taxa ou de emolumento, o requerimento de qualquer cidadão objetivando a obtenção, perante o poder público Municipal, de certidão para a defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal.

§ 2º - Nenhuma pessoa será discriminada, ou de qualquer forma prejudicada, pelo fato de litigar com órgão ou entidade municipal no âmbito administrativo ou no judiciário.

§ 3º - Todo cidadão tem o direito de requerer e obter informações sobre projeto do poder Público Municipal.

§ 4º - Será passível de punição, nos termos que a lei determinar, o agente público municipal que, no exercício de suas atribuições e independentemente da função que exerça, violar qualquer norma desta Lei Orgânica ou direito constitucional do cidadão.

Art. 7º - O Prefeito e o Presidente da Câmara não poderão nomear para cargo municipal, de função temporária e de confiança, os seus parentes até o terceiro grau, consanguíneos ou afins, salvo três apenas.

Art. 8º - Os logradouros e estabelecimentos públicos municipais serão designados por nome que não poderão ter mais de três palavras, excetuadas as partículas gramaticais.

Parágrafo Único - Os topônimos dos logradouros e estabelecimentos públicos municipais existentes na data da promulgação desta Lei Orgânica, e dos que vierem a ser posteriormente denominados através de lei, somente poderão ser modificados com a aprovação de dois dos membros da Câmara Municipal, ouvida a população diretamente interessada, através de plebiscito.

## SEÇÃO II

### Da Divisão Administrativa

# Art. 9º - O Município de Glaucilândia é dividido em sede, distritos e povoados.

Art. 10º - O perímetro urbano da cidade e dos povoados compreende os terrenos onde haja arruamento com edificações, que tenham mais de vinte casas agrupadas.

§ 1º - O perímetro urbano da cidade e povoados será definido por lei, após



# loteamento urbano

prévia demarcação geodésica.

§ 2º - É considerada área de expansão urbana, qualificada como suburbana a área limítrofe ao perímetro urbano da cidade e dos povoados, definidas em lei.

§ 3º - Havendo loteamento aprovado pela Prefeitura Municipal, a área de povoado será considerada como perímetro urbano.

§ 4º - Consideram-se rurais os terrenos situados fora do perímetro urbano da Cidade, e povoados, que tenham loteamento aprovado pela Prefeitura Municipal.

perímetro urbano →

Art. 11º - O Município poderá agrupar-se a outro ou outros municípios do mesmo complexo geoeconômico e social, mediante convênio previamente autorizado pela Câmara Municipal, pelo voto de dois terços dos seus membros, para exploração e administração de serviços comuns, de forma permanente ou transitória.

Parágrafo Único - Aprovada a proposta de agrupamento, reunir-se-ão os Prefeitos interessados, a fim de cumprirem as formalidades legais para a constituição da sociedade respectiva.

Art. 12º - A divisão administrativa do Município poderá ser revista, com a criação, extinção ou fusão de Distritos, observada a legislação estadual.

§ 1º - O Distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

§ 2º - O Distrito poderá ser dividido em subdistrito

§ 3º - A instalação do subdistrito se fará perante o Prefeito Municipal, até trinta dias após a sua criação.

§ 4º - Não sendo o subdistrito instalado no prazo do parágrafo anterior, será tido como definitivamente instalado a partir da lei de sua criação.

distrito

Art. 13º - O desmembramento do Distrito, subdistrito ou de qualquer área do território do Município, para formação de Município autônomo, além do que se dispuser a legislação estadual, depende de aprovação prévia da Câmara Municipal, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, e de consulta prévia, mediante plebiscito, à população diretamente interessada e o atendimento aos requisitos estabelecidos nesta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - Entende-se por população diretamente interessada os habitantes da área a ser desmembrada.

### SEÇÃO III

#### Do Patrimônio do Município

Art. 14º - Constituem patrimônio do Município todos os bens móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título lhe pertençam;



7 § 1º - incluem-se entre os bens do Município:

I - os que atualmente lhe pertence e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - as vias municipais de comunicação;

III - os logradouros públicos da cidade e dos povoados com loteamento aprovado;

IV - os lagos, os rios e quaisquer correntes de água com nascente e foz em terrenos de seu domínio, que não sirvam de limites com outro município, e que não pertençam ao domínio da União ou do Estado.

8 → § 2º - são inalienáveis os bens públicos municipais de uso comum, salvo se desafetado;

§ 3º - são impenhoráveis os bens de renda do Município, salvo aqueles que, em virtude de lei especial, se destinem ao cumprimento de obrigação.

Art. 15º - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal quanto àqueles utilizados nos seus serviços.

Art. 16º - Todos os bens municipais deverão ser cadastrados com a identificação respectiva.

9 → Parágrafo Único - Haverá cadastros separados para os bens do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

10 → Art. 17º - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, depende de prévia avaliação, e autorização legislativa.

Art. 18º - É vedada a utilização de bens municipais para prestação de serviços a terceiros, ressalvados os casos expressamente permitidos em lei.

11 → Art. 19º - A alienação de bens municipais é sempre precedida de avaliação e de autorização legislativa e obedece às seguintes formas:

I - quando imóveis, depende de concorrência, dispensada esta nas doações, devendo constar obrigatoriamente do contrato, se o donatário não for entidade de direito público, os encargos correspondentes, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato.

II - quando móveis, depende de licitação, dispensada esta somente nos seguintes casos:

a) - doação, que é permitida exclusivamente para fins de interesse social;

b) - venda de ações, que se faz na bolsa;

12 → § 1º - As doações de bens municipais, para instituição de fundação de direito privado, com finalidade de atendimento à saúde e à educação, são isentas da cláusula de retrocessão.

§ 2º - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus imóveis,

outorgará o direito de uso, mediante prévia autorização.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Competência do Município**

#### **SEÇÃO I**

##### **Disposições Gerais**

**Art. 20°** - São reservadas ao município as competências que não lhe sejam vedadas pela constituição da República.

**Art. 21°** - integra a competência do Município, comum à União e ao Estado, selar pela guarda das constituições Federal e Estadual, das leis e das instituições democráticas e conservação do patrimônio público.

#### **SEÇÃO II**

##### **Da Competência Privada**

**Art. 22°** - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local:

- a) - emendas a presente Lei Orgânica;
- b) - a instituição, decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- c) - a criação, a organização e a supressão de Distrito, observada a legislação estadual;
- d) - a criação, a organização e a supressão de **subdistrito**;
- e) - a promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle dos usos do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- f) - a organização e a prestação de serviços públicos de interesse local, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, incluído o transporte coletivo de passageiros, que tem caráter essencial;
- g) - elaborar o plano diretor;
- h) - o regime jurídico único de seus servidores públicos municipais;
- i) - a organização de serviços administrativos;
- j) - a administração, utilização e alienação de seus bens;

- I - o plano plurianual de investimentos, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - constituir guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações;
- IV - promover a proteção do patrimônio histórico e cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;
- V - elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento integrado;
- VI - implantar processo adequado para tratamento de lixo urbano;
- VII - difundir intensivamente as potencialidades da região;
- VIII - criar o Conselho Municipal de Defesa Social;
- IX - Zelar pela guarda e observância desta Lei Orgânica.

### SEÇÃO III

#### Da Competência Concorrente

**Art. 23º - Compete ao Município, concorrente, com a União e o Estado:**

- I - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
  - II - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
  - III - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
  - IV - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
  - V - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
  - VI - preservar as florestas, a fauna e a flora;
  - VII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
  - VIII - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
  - IX - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integralização social dos setores desfavorecidos;
  - X - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
  - XI - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;
- Parágrafo Único -** Lei complementar federal fixará normas para a cooperação entre a União, o Estado e o Município, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

*Al. 1º* →

## SEÇÃO IV

### Da Competência em Cooperação

Art. 24º - Compete, ainda, ao Município:

I - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

II - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

III - planejar e promover, em cooperação com a União e o Estado, defesa permanente contra as secas e inundações.

§ 1º - A cooperação técnica e financeira da União e do Estado, tendo em vista a manutenção de programa de educação pré-escolar e ensino fundamental, e a prestação de saúde, obedecerá a planos e a serem elaborados, dependentes da aprovação da Câmara Municipal.

§ 2º - A municipalização dos serviços de educação e saúde mencionados, somente se dará por força de convênio que, em cada caso, ao Município assegure os recursos técnicos e financeiros indispensáveis a manter referidos serviços.

Art. 25º - Compete ao município estabelecer, através de convênios, em cooperação com o Estado ou com a União, a execução de serviços e obras, respectivamente estaduais e federais, que apresentem interesses para o desenvolvimento local.

§ 1º - Compete, especialmente ao Município, cooperar para a eficiente execução, em seu território, dos serviços federais ou estaduais de segurança e justiça.

## TÍTULO II

### Da Administração Pública

#### CAPÍTULO I

##### Dos Princípios Gerais

Art. 26º - A atividade de administração pública em qualquer dos poderes do Município obedecerá aos seguintes princípios:

I - os atos da administração são públicos;

II - a conduta da administração municipal deve estar amparada em expressa disposição legal;

III - o procedimento administrativo deve se caracterizar por sua probidade,



objetivando somente o bem comum;

IV - a administração deve tratar a todos igualmente, sem conferir distinção e tratamento privilegiado a nenhum município, pautando-se pelo equilíbrio e pelo bom senso.

**Parágrafo Único** - Para a exata observação do respeito aos princípios enumerados no "caput" deste artigo, todo ato administrativo deverá ser fundamentado, explicitando o administrador o embasamento legal, o motivo fático e a finalidade dos atos que emitir.

**Art. 27º** - O Município poderá instituir órgão dotado de autonomia administrativa e financeira, conforme dispuser a lei.

**Art. 28º** - Ao Município somente será permitido instituir ou manter fundações sob o regime autárquico.

*Medida Municipal*  
**Parágrafo Único** - É permitido ao Município subvencionar fundações com finalidade educacional, de atendimento à saúde pública, e de prestação de serviços de assistência social sem fins lucrativos, bem assim participar de suas instituições.

**Art. 29º** - As obras, serviços, compras e alienações, serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta.

**Parágrafo Único** - Os prestadores de serviços públicos municipais responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurados os direitos de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**Art. 30º** - A publicação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**Parágrafo Único** - A não observância do disposto no presente artigo implicará na responsabilidade da autoridade.

**Art. 31º** - Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão de direitos políticos, na perda de função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento do erário, na forma de gradação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

**Art. 32º** - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e de títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º - É vedado o concurso exclusivamente de títulos.





quando houver compatibilidade de horários:

- a) - a de dois cargos de professor;
- b) - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) - a de dois cargos privativos de médico.

**Parágrafo Único** - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções, e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

**Art. 41 °** - Ao servidor público municipal, em exercício eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato do prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma de inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

**Art. 42 °** - Somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública.

**Art. 43 °** - É de cinco anos o prazo de prescrição dos ilícitos praticados por qualquer servidor, que causem prejuízo ao erário público municipal, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

**Art. 44 °** - Os cargos, empregos e funções são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

**Art. 45 °** - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para o fim de concessão de acréscimo ulterior, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

**Art. 46 °** - A atividade administrativa permanente é exercida:

I - em qualquer dos poderes do Município, por servidor público, ocupante de cargo público em caráter efetivo ou em comissão, ou de função pública;

II - nas sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado sob o controle direto ou indireto do Município, por empregado público ocupante do emprego ou função de confiança.

**Art. 47 °** - Os cargos públicos são criados por lei, que fixará a denominação, vencimentos e condições de provimento.

## CAPITULO II

### Dos Servidores Públicos Municipais

**Art. 48 °** - O Município, através de Lei Complementar instituirá regime jurídico único e plano de carreira para os servidores públicos municipais.

§ 1° - O regime jurídico único do servidor público municipal decorrerá dos seguintes fundamentos:

- a) - valorização e dignificação da função pública e do servidor público;
- b) - profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público;
- c) - constituição de quadro dirigente, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores, em consonância com critérios éticos, especialmente estabelecidos;
- d) - sistema de mérito objetivamente apurado para ingresso no serviço e desenvolvimento na carreira;
- e) - remuneração compatível com a complexidade e responsabilidade das tarefas e com a escolaridade exigida para o seu desempenho.

§ 2° - Ao servidor público, que, por acidente ou por doença, torna-se inapto para exercer sua função de origem, o Município assegurará o direito à reabilitação para uma nova função, sem perdas de qualquer espécie.

§ 3° - Para provimento de cargo de natureza técnica, exigir-se-á a respectiva habilitação profissional.

**Art. 49°** - O Município assegurará ao servidor público municipal os direitos do art. 7° , incisos. IV, VI, VII, VIII, XII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII. e XXX da Constituição da Republica, e os que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social e à produtividade no serviço público, especialmente:

I - férias - prêmio, com duração de três meses, adquiridas a cada período de cinco anos de efetivo exercício de serviço público, admitida sua conversão em espécie, por opção do servidor, ou para efeito de aposentadoria, a contagem em dobro das não gozadas;

II - assistência e previdência sociais, extensivas ao cônjuge ou companheiro e os dependentes;

III - assistência gratuita, em creche e pré-escola, aos filhos e dependentes, até completar o ciclo básico de alfabetização;

IV - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas;

V - adicional de vinte por cento sobre a remuneração, quando completar

trinta anos de serviço, ou antes disso, se implementado o interstício necessário para a aposentadoria.

*direito -- at #* → VI - intervalo de trinta minutos, a cada três horas de trabalho, para a servidora, em período de lactação, amamentar o filho até o sexto mês.

§ 1º - Cada período de cinco anos de efetivo exercício dá ao servidor o direito a adicional de dez por cento sobre o seu vencimento e gratificação inerentes ao exercício de cargo ou função, os quais a eles se incorporam para o efeito de aposentadoria.

§ 2º - Ao servidor ou empregado público municipal estável é assegurado o direito a dois anos de licença sem vencimentos, não renovável, para tratar de assuntos do interesse particular.

*incompleto #* → Art. 50º - Os salários dos servidores públicos municipais serão pagos até o décimo dia útil do mês subsequente.

Art. 51º - A lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho.

§ 1º - A lei instituirá regime de apostilamento, que assegure ao detentor de título declaratório direito à continuidade de percepção da remuneração do cargo de provimento em comissão.

Art. 52º - O servidor ou empregado público municipal eleito para a diretoria de sua entidade sindical, no cargo de presidente, poderá afastar-se de seu cargo, emprego ou função, durante o período do mandato, sem prejuízo de seus salários e demais direitos.

Art. 53º - É estável, após dois anos de efetivo exercício, o servidor nomeado em virtude de concurso público, ou conforme disposto na Constituição Federal.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgamento ou processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor público estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo, ou posto em disponibilidade remunerada.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

→ Art. 54º - O servidor público municipal será aposentado:

I - por invalidez permanente, com proventos integrais, quando decorrente de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proventos proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

partei arui

III - Voluntariamente:

a) - aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) - aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e aos vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) - aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo.

§ 1º - Aplicar-se-ão aos servidores públicos municipais as exceções ao disposto no inciso III, alíneas "a" e "c" a serem estabelecidas em lei complementar federal, no caso de exercício e atividade considerados penosos, insalubres ou perigosos.

§ 2º - A lei disporá sobre a aposentadoria em cargo ou emprego temporários.

§ 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 4º - Será computado, para fins de aposentadoria e demais vantagens do serviço público municipal, o tempo de exercício de mandato eletivo de vereador (gratuito ou remunerado), prefeito, ou Juiz de Paz.

§ 5º - Os proventos de aposentadoria, nunca inferior aos salário mínimo, serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar, a remuneração do servidor em atividade, e serão estendidos ao inativo os benefícios ou vantagens posteriormente concedidos ao servidor em atividade, mesmo quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo, ou da função, em que se tiver dado a aposentadoria na forma da lei.

§ 6º - É assegurado ao servidor afastar-se da atividade a partir da data do requerimento da aposentadoria, e sua não concessão importará na reposição do período de afastamento.

§ 7º - Para efeito de aposentadoria e adicionais, é assegurada a contagem recíproca do tempo de serviço nas atividades pública ou privada, nos termos do § 2º do art. 202 da Constituição da República.

§ 8º - Na aposentadoria, fica mantida a sistemática e a forma de cálculo dos adicionais de atividade.

Art. 55º - É assegurado ao cônjuge de servidor falecido direito a pensão vitalícia correspondente à totalidade dos vencimentos ou proventos da aposentadoria, observando o disposto no § 5º, do artigo anterior.

Art. 56º - É assegurado ao servidor público municipal o direito de requerer e representar.

Art. 57º - O servidor terá direito ao gozo de vinte e cinco dias úteis de férias por ano.

Art. 58º - O servidor público que retornar à atividade após a cessação dos



motivos que causaram sua aposentadoria por invalidez, terá direito, para todos os fins, salvo para o de promoção, à contagem do tempo relativo ao período de afastamento.

**Art. 59º** - A lei disporá sobre a criação da Comissão Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos com o objetivo de assessoramento sobre questões de salários, gratificações, estabelecimentos de carreira, promoções, concursos, punições e outros pertinentes aos recursos humanos do Poder Público Municipal.

**Art. 60º** - O servidor e o empregado público municipal serão responsáveis perante o Município, civil, criminal e administrativamente, pelos atos que praticar no exercício do cargo ou função, ou a pretexto de exercê-los.

§ 1º - As combinações civis, penais e disciplinares podem acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa.

§ 2º - A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposos, que importa em prejuízo para o Município, ou de terceiro, reconhecida expressamente pelo servidor, ou declarada em sentença judicial com trânsito em julgado.

§ 3º - A responsabilidade penal abrange os crimes imputados ao servidor nessa qualidade, capitulados no Código Penal Brasileiro.

§ 4º - A responsabilidade administrativa resulta de ação ou omissão irregulares, no desempenho de cargo ou função.

**Parágrafo Único** - Caberá ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal decretar a prisão administrativa dos servidores que lhe sejam subordinados, omissos ou remissos na prestação de contas do dinheiro público sujeito à sua guarda ou aplicação.

**Art. 61º** - Os concursos públicos para provimento dos cargos do Poder Legislativo serão regulamentados por decreto legislativo;

**Parágrafo Único** - Os concursos para provimento dos cargos do Poder Executivo serão regulamentados por decreto do Prefeito Municipal.

### **CAPITULO III**

#### **Dos Serviços e Obras Públicas**

**Art. 62º** - Incumbe ao Município, às entidades da administração indireta a ao particular delegado, assegurar, na prestação de serviços público, a efetividade:

I - dos requisitos, dentro outros, de eficiência, segurança e continuidade dos serviços públicos, e do preço ou tarifa justa e compensada;

II - dos direitos do usuário.

**Art. 63º** - Nenhuma obra pública, salvo os casos de extrema urgência devidamente justificados, será realizada sem que conste:

- I - o respectivo projeto;
- II - o orçamento do seu custo;
- III - a indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;
- IV - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público;
- V - os prazos para o seu início e término.

**Art. 64º** - A permissão de serviço público a título precário será outorgado por decreto do Prefeito; após edital de chamamento dos interessados para escolha do melhor pretendente sendo que a concessão só será feita com outorgação legislativa, mediante contrato, precedido de licitação.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões, bem como qualquer autorização para a exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecimento neste artigo.

§ 2º - Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeito à fiscalização da Administração Municipal, cabendo ao Prefeito Municipal aprovar as tarifas respectivas e aos que os executarem, sua permanente atualização e adequação às reivindicações;

**Art. 65º** - Os usuários estarão representados nas entidades prestadoras de serviços públicos na forma que dispuser a legislação Municipal, assegurando-se sua participação em decisões relativas a:

- I - planos e programas de expansão dos serviços;
- II - revisão da base de cálculo dos custos operacionais;
- III - política tarifária;
- IV - nível de atendimento da população em termos de qualidade;
- V - mecanismo para atenção de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive para apuração de danos causados a terceiros.

**Parágrafo Único** - Em se tratando de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade mencionada neste artigo deverá constar do contrato de concessão ou permissão.

**Art. 66º** - As entidades prestadoras de serviços públicos são obrigadas, pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando, em especial, sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas de trabalho.

**Art. 67º** - Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos



serão estabelecidos, entre outros:

- I - os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade;
- II - as regras para a remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;
- III - as normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo Município, de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;
- IV - as regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculos dos custos operacionais e da remuneração do capital, ainda que estipulada em contrato anterior;
- V - a remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos custos por cobrança a outros agentes beneficiados pela existência dos serviços;
- VI - as condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão de concessão ou permissão.

**Parágrafo Único** - Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente as que visem à dominação do mercado, à exploração monopolística e ao aumento abusivo de lucros.

**Art. 68º** - O Município poderá revogar, sem indenização a concessão ou a permissão dos serviços que forem executados em desconformidade com o contrato ou o ato pertinente, bem como aqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios para atendimento dos usuários.

**Art. 69º** - As licitações para a concessão ou a permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade, inclusive em jornais regionais e, obrigatoriamente, em jornais da capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

**Art. 70º** - As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Município ou por órgão de sua Administração descentralizada serão fixadas pelo Prefeito Municipal.

**Parágrafo Único** - Na formação dos custos dos serviços de natureza industrial computar-se-ão, além das despesas operacionais e administrativas, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações, bem como previsão para expansão dos serviços.

**Art. 71º** - Ao Município é facultado conveniar com a União ou com o Estado a prestação de serviços públicos de sua competência privativa, quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros para execução do serviço em padrões adequados, ou quando houver interesse mútuo para a celebração do convênio.

**Parágrafo Único** - Na celebração dos convênios de que trata este artigo, deverá o Município:

- I - propor os planos de expansão dos serviços públicos;
- II - propor critérios para fixação de tarifa;
- III - realizar avaliação periódica da prestação dos serviços.

**Art. 72°** - A lei regulará o fornecimento de passe livre para aposentados, idosos acima de sessenta anos, e carente doentes.

**Art. 73°** - O Município poderá intervir em empresa privada de transporte coletivo, quando ocorrer desrespeito à política de transporte coletivo, o plano viário, que provoque prejuízos aos usuários ou pratique ato lesivo ao interesse da comunidade.

**Parágrafo Único** - A intervenção será executada pelo Prefeito Municipal, de ofício ou em razão de decisão da Câmara Municipal.

**Art. 74°** - A criação pelo Município de entidade de Administração indireta para execução de obras ou prestação de serviços públicos só será permitida caso a entidade possa assegurar sua auto-sustentação financeira.

**Art. 75°** - A concessão de serviços públicos, bem como a execução de obras não realizadas pela administração, e os fornecimentos, embora parcelados, observarão as normas de licitação.

**Parágrafo Único** - O arrendamento ou aluguel de bem municipal está sujeito às normas deste artigo.

**Art. 76°** - As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob pena de não ser renovada a concessão ou a permissão pelo Município.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Licitações**

**Art. 77°** - As compras, obras e serviços, serão realizados com estrita observância do princípio de licitação.

**Art. 78°** - As licitações regem-se, na Administração direta e indireta, pelas normas gerais definidas em Lei Federal e pelas normas consubstanciadas em disposições complementares.

**Art. 79°** - Ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure

igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam condições de pagamento, mantidos as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação socio-econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º - O Prefeito, o Vice-Prefeito, os vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afins ou consanguíneos, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o município, substituindo provisoriamente até 6 (seis) meses após findos as respectivas funções

\* § 2º - Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos interessados;

**Art. 80º** - A publicidade das licitações é assegurada:

I - no caso de concorrência, mediante publicação, em órgão oficial e na imprensa local, com antecedência mínima de trinta dias, de notícia resumida de sua abertura, com indicação do local em que os interessados podem obter o edital e todas as informações necessárias.

II - no caso de tomada de preços, mediante afixação de edital, com antecedência mínima de quinze dias, em local apropriado, na Prefeitura e Câmara Municipal, acessível aos interessados, e comunicação às entidades de classe que os representem.

**Parágrafo Único** - A Administração pode utilizar outros meios de informação ao seu alcance para maior divulgação das licitações, com o objetivo de ampliar a área de competição.

**Art. 81º** - No edital, indicam-se com a antecedência prevista, pelo menos:

I - dia, hora e local;

II - quem recebe as propostas;

III - condições da apresentação de propostas e da participação na licitação;

IV - critério de julgamento das propostas;

V - descrição sucinta e precisa da licitação;

VI - local em que são prestadas informações e fornecidas plantas, instruções, especificações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da licitação;

VII - prazo máximo para cumprimento do objeto da licitação;

VIII - natureza da garantia, quando exigida.

**Parágrafo Único** - De todos os editais de licitação serão extraídas cópias, que deverão ser enviadas à câmara Municipal no prazo de quarenta e oito horas, pena de responsabilidade da autoridade.

## CAPITULO V

### Dos Atos Municipais

Art. 82º - Os atos da Administração do Município observarão o disposto nas leis e nas resoluções administrativas pertinentes.

Art. 83º - A publicação das leis, e das resoluções dos atos municipais far-se-á em órgão oficial ou, não havendo, em órgão da imprensa local ou regional.

§ 1º - No caso de não haver periódico no Município, a publicação será feita por afixação, em local próprio e de acesso público, na sede da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal obrigatoriamente.

§ 2º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 3º - A escolha de órgão da imprensa particular para divulgação dos atos municipais será feita por meio de licitação, em que se levarão em conta, além dos preços, as circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição.

Art. 84º - A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:

1. Mediante decreto, numeração em ordem cronológica, quando se tratar se:
  - a) - regulamentação de lei;
  - b) - criação ou extinção de gratificações, quando autorizadas em lei;
  - c) - abertura de créditos especiais e suplementares;
  - d) - declaração de utilidade pública ou interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa;
  - e) - definição da competência dos órgãos e das atribuições da Prefeitura, não privativas de lei;
  - f) - aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da Administração direta;
  - g) - aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizadas;
  - h) - fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;
  - i) - permissão para uso de bens municipais;
  - j) - aprovação de planos de trabalho dos órgãos da Administração direta;
  - l) - criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos da lei;
  - m) - abertura de concurso público;
  - n) - estabelecimento de normas de efeitos externos, quando não privativas de lei;
  - o) - todo e qualquer ato normativo de caráter geral e permanente, não privativo de lei.
2. Mediante portaria, nos seguintes casos:
  - a) - criação de comissões e designação de seus membros;
  - b) - instituição e extinção de grupos de trabalho;
  - c) - provimento e vacância de cargos públicos;



- d) - lotação e relocação dos quadros de pessoal;
- e) - abertura de sindicância e processo administrativo e aplicação de penalidades;
- f) - atos disciplinares dos servidores municipais;
- g) - designação para função gratificada;
- h) - outros atos que sua natureza e finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

**Parágrafo Único** - Poderão ser delegados os atos constantes do item 2, deste artigo, observadas as exigidas as exigências legais.

**Art. 85°** - A formalização dos atos administrativos da competência do Presidente da Câmara Municipal far-se-á mediante portaria, quando se tratar de:

- a) - provimento e vacância de cargos da Câmara Municipal;
- c) - criação de comissões e designação de seus membros;
- d) - instituição e extinção de grupos de trabalho;
- e) - abertura de sindicância e processo administrativo aplicação de penalidades;
- f) - atos disciplinares dos servidores da Câmara Municipal;
- g) - designação de função gratificada;
- h) - outros atos que, por sua natureza e finalidades, não sejam objeto de decreto legislativo ou resolução.

## CAPITULO VI

### Do Planejamento Municipal

**Art. 86°** - O Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento, visando a promover o desenvolvimento do Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

§ 1° - o desenvolvimento do Município terá por objeto a realização plena de sua potencialidade econômica e da redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços, respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura locais, e preservado o seu patrimônio ambiental, natural e construído.

§ 2° - o processo de planejamento municipal deverá considerar os aspectos técnicos e políticos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, propiciando que autoridades, técnicos de planejamento, executores e representantes da sociedade, participem do debate sobre os planos locais e as alternativas para o seu enfrentamento.

§ 3° - o planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:

- I - democracia e presteza no acesso às informações disponíveis;
- II - eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis;
- III - viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliadas a partir do interesse social e dos benefícios públicos;
- IV - complementaridade e integração dos planos e programas de governo;
- V - cooperação das associações representativas municipais, respeito e adequação à realidade local, e consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.

**Art. 87°** - A elaboração e a execução dos planos e dos programas do governo municipal obedecerão às diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade.

**Art. 88°** - O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes desta seção e será feita através dos seguintes instrumentos:

- I - plano diretor;
- II - plano de Governo;
- III - lei de diretrizes orçamentarias;
- IV - orçamento anual;
- V - plano plurianual

**Parágrafo Único** - Os instrumentos de planejamento municipal mencionados neste artigo deverão incorporar as propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município.

**Art. 89°** - O Município buscará a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

**Art. 90°** - O Município atuará, mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas no meio ambiente.

### **TÍTULO III**

#### **Da Organização dos Poderes**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Dos Órgãos de Governo**



**Art. 93°** - A Câmara Municipal adotará Regimento Interno para dispor sobre sua organização política e provimento dos cargos de seus serviços.

**Art. 94°** - Na constituição da Mesa e de cada Comissão, é assegurada a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Câmara.

**Art. 95°** - Na última sessão ordinária de cada período legislativo, o Presidente da Câmara publicará a escala dos membros da Mesa e seus substitutos, que responderão pelo expediente do Poder Legislativo durante o recesso seguinte.

**Art. 96°** - A Câmara Municipal se reunirá, em sessão ordinária, na sede do Município, independente de convocação, de fevereiro a junho e de agosto a dezembro, de cada ano.

§ 1° - Na primeira reunião Ordinária da Câmara será redigido o calendário anual, das reuniões Ordinárias.

§ 2° - A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3° - No início de cada legislatura a Câmara Municipal se reunirá em sessão de instalação legislativa, no dia primeiro de janeiro, com a finalidade de:

I - posse dos vereadores eleitos e diplomados;

II - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito do Município;

III - eleger a Mesa da Câmara, para mandato de um ano, permitida a reeleição.

§ 4° - As regras da sessão de instalação legislativa serão definidas no Regimento Interno da Câmara.

§ 5° - Salvo disposição em contrário, nesta Lei Orgânica e na constituição federal, as deliberações da Câmara serão tomadas por maioria simples de votos, presentes a maioria de seus membros.

§ 6° - As reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara somente se instalarão com a presença da maioria dos vereadores.

**Art. 97°** - A convocação de reunião extraordinária da Câmara Municipal será regulamentada em seu Regimento Interno e se fará mediante prévia declaração do novo motivo pelo seu presidente, por iniciativa própria ou a requerimento:

I - do Prefeito Municipal;

II - de líder de bancada;

III - de um terço dos vereadores.

§ 1° - Na reunião extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual tenha sido convocada.

§ 2° - O Presidente da Câmara, julgando desnecessária a convocação, indeferirá o requerimento.

**Art. 98°** - A Câmara Municipal realizará, pelo menos, duas reuniões

ordinárias por mês.

**Parágrafo Único-** A Câmara Municipal realizará, no primeiro período de cada sessão legislativa ordinária anual, uma Assembléia Municipal Popular, para discussão da situação social, economia e política do Município, e avaliação do desempenho dos Poderes Executivos e Legislativo.

**Art. 99º** - A Câmara Municipal poderá instituir Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sobre fato determinado e prazo curto, a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, e mediante denuncia formada e assinada pelo denunciante;

**Art. 100º** - A Câmara Municipal criará comissões permanentes como órgãos auxiliares, nos termos do Regimento Interno.

**Art. 101º** - A Câmara Municipal, por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar plebiscito ou referendo popular sobre matéria relevante e de interesse geral.

**Art. 102º** - Compete a Câmara Municipal fixar, observando o que dispõe os artigos 37 XII, 150 II, 153 II e 153 III, e 25 I da Constituição Federal, em cada legislatura, para a subsequente, a remuneração dos vereadores, do Prefeito Municipal e do Vice- Prefeito;

§ 1º - O Presidente da Câmara terá direito a verba de representação, que não poderá ser superior aos subsídios.

## SEÇÃO II

### Dos Vereadores

**Art. 103º** - Os vereadores gozam de imunidade pelas suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

**Art. 104º** - Os vereadores não podem:

I - desde a expedição do diploma:

a) - firmar ou manter contrato com pessoa física de direito público, autarquia, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes na alínea anterior salvo mediante aprovação em concurso público e observando o disposto em lei orgânica;

II - desde a posse:

a) - ser proprietários, controladores ou diretores de empresas que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, ou nela exerçam função remunerada:

b) - ocupar cargo ou função que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, a, salvo o cargo de secretário municipal, desde que se licencie do exercício do mandato;

c) - patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;

d) - ser titular de mais de um cargo ou eletivo federal, estadual ou municipal;

**Art. 105º - Perde o mandato o vereador:**

I - que infringir quaisquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a três das sessões ordinárias da Câmara, em cada sessão legislativa anual, ou a três sessões extraordinárias consecutivas, salvo licença ou missão pela Câmara autorizada;

IV - Fixar residência fora do Município.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos vereadores ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato é decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante a provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos no inciso III e IV, a perda é declarada pela Mesa da Câmara, de ofício, ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Casa, assegurado ampla defesa.

§ 4º - O disposto no item III não se aplica às sessões extraordinárias que forem convocadas durante os períodos de recesso da Câmara Municipal.

**Art. 106º - Extingue-se o mandato de vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando:**

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional, ou eleitoral, ou condenação criminal em sentença transitada em julgado;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei;

III - incidir nos impedimentos para o exercício do mandato, estabelecidos em lei, e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado nesta Lei Orgânica.

§ 1º - Ocorrido e comprovado o ato ou o fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicará ao Plenário e fará constar da ata a declaração de extinção do mandato, e convocará imediatamente o suplente.

§ 2º - Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências do parágrafo anterior, o suplente de vereador, um vereador, ou qualquer cidadão, poderá requerer a

declaração de extinção do mandato, por via de representação à Câmara, e, comprovada a omissão, o Presidente omissor será destituído do corpo da Mesa, ficando impedido para nova investidura durante a legislatura.

§ 3º - A declaração de extinção do mandato, a que se refere o parágrafo anterior também, poderá ser requerida por via judicial, na forma da lei.

**Art. 107º - Não perde o mandato o vereador:**

-I - investido no cargo de Secretário Municipal, Secretário ou Ministro de Estado;

II - licenciado pela Câmara por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de assunto de seu interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º - O suplente deve ser convocado em todos os casos de vaga ou licença.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato, a Câmara representará à Justiça Eleitoral para a realização das eleições para preenche-la.

§ 3º - Na hipótese do inciso I, o vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

**Art. 108º - O processo de cassação do mandato de vereador, pelas infrações definidas no artigo anterior, obedecerá o seguinte rito:**

I - denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer vereador ou cidadão com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante ou o denunciado for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal para os atos do processo.

II - de posse da denúncia, o Presidente em exercício determinará sua imediata leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento;

III - decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos vereadores presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão Processante, composta de três vereadores, eleitos pelo plenário, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;

IV - decidindo a Câmara pelo não recebimento da denúncia, será a mesma imediatamente arquivada;

V - recebendo a denúncia, no caso do item III, o Presidente da Comissão Processante iniciará os trabalhos, dentro de cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que as instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretende produzir e arrole testemunhas, até o máximo de cinco;

VI - ausente do Município o vereador denunciado, a notificação será feita por edital, publicado duas vezes no órgão oficial do Estado, com intervalo de três dias pelo menos, contando o prazo da primeira publicação;

VII - decorrido o prazo da defesa, a Comissão Processante emitirá parecer



dentro de cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual será submetido ao plenário;

VIII - opinando a Comissão pelo prosseguimento, o Presidente designará, desde logo, o início da instrução e determinará os atos, diligências e audiências, que se fizerem necessários para o depoimento do denunciado e inquirição de testemunhas;

IX - o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e respostas às testemunhas, e requerer o que for de interesse de defesa;

X - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco dias, e, após, a Comissão Processante emitirá parecer final, pelo procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão extraordinária de julgamento;

XI - na sessão de julgamento, o processo será lido e a seguir, os vereadores que o desejarem, poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos, cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas horas, para produzir sua defesa oral;

XII - concluída a defesa, proceder-se-á a tantas cotações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia;

XIII - considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado, pelo voto da maioria absoluto dos membros da Câmara, como incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia;

XIV - concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal de cada infração e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato;

XV - se o resultado de votação for absolviatório, ou não obtiver o voto condenatório da maioria dos membros da Câmara, o Presidente da Câmara determinará o arquivamento do processo;

XVI - em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará o resultado à Justiça Eleitoral.

§ 1º - O processo a que se refere o presente artigo, deverá estar concluído dentro de, no máximo, noventa dias.

§ 2º - Recebida a denúncia, nos termos de ítem III, do presente artigo, o Presidente da Câmara, sob pena de responsabilidade, afastará o vereador denunciado de suas funções, convocando o respectivo suplente, até o final julgamento. O suplente convocado não intervirá nem votará nos atos do processo do substituído.

### SEÇÃO III

#### Das Atribuições da Câmara Municipal

**Art. 109º** - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para a especificado no art. 110, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

- I - sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de suas rendas;
- II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívidas públicas;
- III - fixação e modificação do efetivo da Guarda Municipal;
- IV - planos e programas municipais de desenvolvimento;
- V - bens do domínio do Município;
- VI - transferência da sede do Governo Municipal;
- VII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais;
- VIII - organização das funções fiscalizadoras da Câmara Municipal;
- IX - normalização da iniciativa popular de projeto de lei interesse no planejamento municipal;
- X - normalização da iniciativa popular de projeto de lei de interesse específico do Município, do distrito sede, de vilas ou povoados;
- XI - criação, organização e supressão de distritos, obedecida a legislação estadual;
- XII - criação, organização e supressão de subdistritos;
- XIII - criação, estruturação e atribuição das secretarias municipais e órgãos da administração pública;
- XIV - dívida pública, abertura e operação de crédito;
- XV - organização da procuradoria do Município;
- XVI - criação, transformação, extinção e estruturação de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas municipais.

**Art. 110º** - Compete privativamente à câmara Municipal;

- I - eleger a Mesa e constituir as comissões;
- II - elaborar o Regimento Interno;
- III - dispor sobre sua organização, funcionamento e política;
- IV - dispor sobre a criação, transformação ou extinção de cargo, emprego, e função de seus serviços de sua administração, e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o disposto no art. 169 da Constituição Federal;
- V - aprovar crédito suplementar ao orçamento da Câmara Municipal;
- VI - fixar, em cada legislatura, para ter vigência na subseqüente, a remuneração do Prefeito e do Vice- Prefeito Municipal;
- VII - fixar, em cada legislatura, para ter vigência na subseqüente, a remuneração do Vereador;
- VIII - reajustar, durante o exercício financeiro, a remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito;

- IX - reajustar, durante o exercício financeiro, a remuneração do vereador;
- X - dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito Municipal;
- XI - conhecer da renúncia do Prefeito e Vice-Prefeito;
- XII - conceder licença ao Prefeito Municipal para interromper o exercício de suas funções;
- XIII - autorizar o Prefeito Municipal a ausentar-se do Município, quando a ausência exceder de quinze dias;
- XIV - processar e julgar o Prefeito e o Vice-Prefeito Municipal, após condenação por crime comum ou de responsabilidade, ou por infração administrativa;
- XV - proceder a tomada de contas do Prefeito Municipal não apresentadas dentro de sessenta dias da abertura da sessão legislativa;
- ~~XVI~~ - julgar anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito Municipal, após o parecer prévio do Tribunal de Contas, e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
- XVII - autorizar celebração, de convênio pelo Governo Municipal com entidade de direito público ou privado, e ratificar o que por motivo de urgência, ou de interesse público, for efetuado sem essa autorização, desde que encaminhado à Câmara Municipal nos dez dias úteis subsequentes à sua celebração;
- XIII - solicitar a intervenção no município;
- XIX - suspender, no todo ou em parte, execução de ato normativo municipal declarado, incidentalmente, inconstitucional por decisão de inconstitucionalidade for limitada ao texto da Constituição do Estado;
- XX - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- XXI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo;
- XXII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia do Município em operações de crédito;
- XXIII - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face de atribuição normativa do Poder Executivo;
- XXIV - Manifestar-se perante a Assembléia Legislativa do Estado, após resolução aprovada pela maioria dos seus membros, na hipótese de incorporação, subdivisão ou desmembramento de área do território do Município;
- XXV - conceder título de cidadania honorária;
- XXVI - eleger os Conselhos Distritais;
- XXVII - instalar auditoria financeira e orçamentaria em qualquer órgão da Administração direta e indireta.

§ 1º - No caso previsto no inciso XII, a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos da Câmara Municipal, se limitará à perda de cargo, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

§ 2º - O não encaminhamento à Câmara Municipal dos convênios a que se refere o inciso XVIII, nos dez dias úteis subsequentes à sua celebração, implica na nulidade dos atos já praticados em virtude de sua execução.

§ 3º - Na hipótese de a Câmara Municipal deixar de fixar a remuneração, de que tratam os ítems VI, VII, deste artigo, ficarão mantidos, na legislação subsequente, os critérios de remuneração vigentes no último exercício de legislatura anterior, admitida e atualizada de valores.

§ 4º - A remuneração dos agentes políticos municipais será fixada em moeda corrente, vedada qualquer vinculação.

**Art. 111º** - Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara Municipal poderá convocar Secretário Municipal ou dirigente de entidade da administração indireta, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade no caso de ausência injustificada.

§ 1º - O Secretário poderá comparecer à Câmara Municipal, por sua iniciativa e após entendimento com a Mesa da Câmara para expor assunto de relevância de sua secretaria.

§ 2º - A Mesa da Câmara Municipal poderá encaminhar ao secretário Municipal pedido escrito de informações: informações falsas, importa em crime de responsabilidade.

§ 3º - A Mesa da Câmara Municipal poderá encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta, e a outras autoridades municipais, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa, constitui infração administrativa, sujeita à responsabilidade.

**Art. 112º** - A Câmara Municipal, mediante aprovação, da maioria de seus membros, poderá encaminhar pedido de informação ao Prefeito Municipal, importado em infração administrativa a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informação falsa.

**Art. 113º** - O Prefeito Municipal poderá comparecer à Câmara Municipal para prestar informações, que julgar necessárias, sobre assunto previamente determinado, mediante entendimento com a Mesa.

## SEÇÃO IV

### Do Processo Legislativo

#### SUBSEÇÃO

##### Disposições Gerais

**Art. 114º** - O processo legislativo compreende a elaboração de:  
I - emendas à Lei Orgânica do Município;  
II - lei complementares;



- III - leis ordinárias;
- IV - decretos legislativos;
- V - resoluções.

**Parágrafo Único** - A elaboração, redação, alteração e consolidação de leis, dar-se-ão na conformidade desta Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara Municipal.

## SUBSEÇÃO II

### Da Emenda à Lei Orgânica

**Art. 115°** - Esta Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta do prefeito e de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara.

§ 1° - A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em cada um, dois terços dos votos dos membros da Câmara.

§ 2° - A emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa da Câmara, com respectivo número de ordem.

§ 3° - A matéria constante de proposta de emenda, rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa anual.

## SUBSEÇÃO III

### Das Leis

**Art. 116°** - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador ou comissão, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1° - São de iniciativa privativa do Prefeito as Leis que:

I - fixem ou modifiquem o efetivo da guarda municipal;

II - disponham sobre:

a) - criação de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta e autarquias, e sua remuneração;

b) - criação, estruturação e atribuições das secretarias municipais e órgãos de administração pública municipal;

c) - orçamento municipal anual, plurianual e as diretrizes orçamentárias;

§ 2° - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento de eleitorado do Município.

**Art. 117º** - Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, exceto o Orçamento Plurianual, o orçamento anual e as diretrizes orçamentárias.

**Art. 118º** - O Prefeito poderá solicitar urgência para a apreciação dos projetos de sua iniciativa.

§ 1º - Se a Câmara não se manifestar, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação, excetuado o caso do artigo 126, § 5º que é preferencial.

§ 2º - O prazo previsto no parágrafo anterior não corre nos períodos de recesso, nem se aplica aos projetos de código.

**Art. 119º** - O projeto de lei aprovado será enviado, com autógrafo, ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará.

**Art. 120º** - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

**Art. 121º** - As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

**Art. 122º** - A epígrafe das leis ordinárias será definida por numeração cardinal cronológica, independente do ano de sua promulgação.

**Parágrafo Único** - As leis complementares terão numeração distinta das leis ordinárias.

## SUBSEÇÃO IV

### Dos Decretos Legislativos e das Resoluções

**Art. 123º** - As matérias de competência privada da Câmara Municipal serão objeto de Resolução ou de Decreto Legislativo.

§ 1º - A Resolução e o Decreto Legislativo serão objeto de duas discussões e votações.

§ 2º - São objetos de Decreto Legislativo as matérias constantes dos itens V, VI, VIII, XII, XIII, XV, XVII, XVIII, XXI, XXII, do artigo 110, desta Lei Orgânica, e demais atos normativos não privativos de Resolução.

§ 3º - São objeto de Resolução as matérias constantes dos itens II, III, IV, VII, IX, XXV, XXVI, XXVIII, e XXXI do artigo 110, desta Lei Orgânica.

**Art. 124º** - Os Decretos Legislativos e as Resoluções serão epigrafadas por

numeração cardinal, em ordem cronológica, separadamente.

**Art. 125°** - As Resoluções e os Decretos Legislativo serão promulgados pela Mesa da Câmara Municipal.

## **SUBSEÇÃO V**

### **Do Veto**

**Art. 126°** - Se o Prefeito considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 1° - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2° - Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 3° - O veto será apreciado pela Câmara, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, em escrutínio secreto.

§ 4° - Rejeitado o veto, será o texto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 5° - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 3°, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 6° - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos § 2° e § 4°, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente da Câmara fazê-lo obrigatoriamente.

## **SEÇÃO V**

### **Da fiscalização Financeira e Orçamentária e Contábil**

#### **SUBSEÇÃO I**

**Art. 127°** - A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, do município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Executivo, instituídos em lei (artigo 265. Constituição Federal).

§ 1° - O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades

financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º - As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta dias) após recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer se não houver deliberação dentro desse prazo.

§ 3º - Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão.

§ 4º - As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão Prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor.

§ 5º - Tão logo receba o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município deverá a Câmara Municipal dar ciência do fato ao Prefeito mediante ofício acompanhado de cópia do referido parecer e demais documentos que o instruem.

**Art. 128º** - O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade a realização da receita e despesa;

II - acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV - verificar a execução dos contratos.

**Art. 129º** - As Contas do Município ficarão durante 60 (sessenta) dias, anualmente à disposição de qualquer contribuinte, para examinar e apreciação o qual poderá questionar a legitimidade das mesmas nos termos da lei.

### CAPITULO III

#### Do Poder Executivo

#### SEÇÃO I

#### Disposições Gerais

**Art. 130º** - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado por Secretários Municipais.

**Art. 131º** - A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, realizar-se-á simultaneamente nos termos estabelecidos no artigo 29, inciso I e II da Constituição Federal.

§ 1º - A eleição do Prefeito importará na do Vice-Prefeito com ele registrado.



§ 2º - Será considerado eleito Prefeito o Candidato que obtiver a maioria dos votos válidos.

**Art. 132º** - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse perante a Câmara Municipal, em sessão solene realizada no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir as Constituições e esta Lei Orgânica e observar as leis e promover o bem geral do Município.

§ 1º - Decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior aceito pela Câmara, não tiverem assumido os cargos, estes serão declarados vagos pela Mesa da Câmara.

§ 2º - O Prefeito e o Vice-Prefeito, ao se empossarem, sob pena de nulidade do ato, e ao se afastarem do cargo, sob pena de responsabilidade, obrigam-se a declarar seus bens à Câmara Municipal.

**Art. 133º** - Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no caso de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º - O Vice-Prefeito auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais.

§ 2º - A investidura do Vice-Prefeito em Secretaria Municipal não impedirá as funções previstas no parágrafo anterior.

§ 3º - O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena da extinção do seu mandato.

**Art. 134º** - Em caso de impedimento do Prefeito e Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.

**Art. 135º** - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos de mandato, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois de aberta a última vaga, pela Câmara Municipal, na forma da lei.

§ 2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos antecessores.

**Art. 136º** - O Prefeito não poderá, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a 15 dias, sob pena de perda do cargo.

**Art. 137º** - Para concorrer a cargo eletivo em reeleição, o Prefeito Municipal deverá observar as normas estabelecidas pela Lei Eleitoral em vigência à época.

**Art. 138º** - A remuneração do Prefeito Municipal não poderá ser superior ao sêxtuplo da remuneração do Secretário Municipal.

§ 1º - O Vice-Prefeito Municipal tem direito a remuneração correspondente

a dois quartos do subsídio do Prefeito Municipal.

§ 2º - A remuneração de que trata o presente artigo é subdividido em subsídio e verba de representação.

§ 3º - A verba de representação, não poderá ser superior ao subsídio.

## SEÇÃO II

### Das Atribuições do Prefeito Municipal

**Art. 139º - Compete, privativamente, ao Prefeito:**

I - nomear e exonerar os Secretários Municipais;

II - exercer, com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração municipal;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

VII - comparecer ou remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

VIII - enviar à Câmara Municipal o plano Plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Lei Orgânica;

IX - assinar convênios de natureza urgente, sem ônus para o Município, encaminhando-os à Câmara Municipal, no prazo de dez dias, para aprovação;

X - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de sessenta dias após a abertura de sessão legislativa, as contas referentes aos exercício anterior;

XI - prover cargos públicos municipais, na forma da lei;

XII - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal;

XIII - nomear o Administrador Distrital;

XIV - exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.

## SEÇÃO III

### Das Responsabilidades do Prefeito e do Vice-Prefeito

**Art. 140º - O Prefeito Municipal pela praticar de crime de responsabilidade, será julgado perante o Tribunal de Justiça do Estado.**

§ 1º - A Câmara Municipal, tomando conhecimento de qualquer ato do

Prefeito que possa configurar infração penal comum ou crime de responsabilidade, nomeará comissão especial para apurar os fatos que, no prazo de trinta dias, deverão se apreciados pelo plenário.

§ 2º - Se o plenário entender procedentes as acusações, determinará o envio do apurado à Procuradoria Geral do Estado para as providências; se não determinará o arquivamento, publicando as conclusões de ambas as decisões.

§ 3º - Recebida a denúncia contra o Prefeito pelo Tribunal de Justiça, a Câmara decidirá sobre a designação de procurador para assistência da acusação.

§ 4º - O Prefeito ficará suspenso de suas funções com o recebimento da denúncia pelo tribunal de Justiça, o que cessará se, até cento e oitenta dias, não tiver concluído o julgamento.

**Art. 141º** - Havendo prova preconstituída de crime de responsabilidade, qualquer eleitor poderá representar à Procuradoria Geral do Estado contra o Prefeito Municipal.

**Art. 142º** - São crimes de responsabilidade os atos praticados pelo Prefeito Municipal contra a Constituição da República, a Constituição do Estado e esta Lei Orgânica, e, especialmente, contra:

I - o livre exercício do Poder Legislativo;

II - o exercício dos direitos políticos, individuais, coletivos e sociais;

III - a probidade administrativa;

IV - a lei orçamentária;

V - o cumprimento das leis e das decisões judiciais;

§ 1º - Os crimes de que trata este artigo são os definidos em lei complementar federal, que estabelece normas de processo e julgamento.

§ 2º - É permitido a todo cidadão denunciar o Prefeito perante a Câmara Municipal por crimes de responsabilidade e por infrações administrativas.

**Art. 143º** - São infrações administrativas do Prefeito Municipal, sancionadas com a cassação do mandato:

I - impedir o exame dos livros, folhas de pagamento, e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria regularmente constituídas;

II - deixar de repassar à Câmara Municipal, até o dia vinte de cada mês, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias que lhe pertencam;

III - interferir, por qualquer meio, nos atos privativos da Câmara Municipal;

IV - desatender, sem motivo justo, a critério da Câmara, os pedidos de informações, quando feitos na forma regular;

V - retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

VI - deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, se em termos regulares,

a proposta orçamentária e a prestação de contas;

VII - ausentar-se do município por tempo superior ao permitido nesta Lei Orgânica, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara Municipal, por tempo superior a 15 (quinze) dias.

VIII - Omitir-se ou negligenciar, na prática de ato de sua responsabilidade;

IX - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

**Parágrafo Único** - São infrações administrativas do Vice-Prefeito Municipal, sancionadas com a cassação do mandato, quando proceder de modo incompatível, se admitida a acusação pela maioria de seus membros.

**Art. 144°** - Nas infrações administrativas, serão o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito Municipal submetidos a processo e julgamento perante a Câmara Municipal, se admitida a acusação pela maioria de seus membros.

**Art. 145°** - O Prefeito e o Vice-Prefeito Municipal serão suspensos de suas funções:

I - nos crimes comuns e de responsabilidade, se recebida a denúncia ou a queixa pelo Tribunal de Justiça do Estado; e

II - nas infrações administrativas, se recebida a denúncia ou a representação pela Câmara Municipal.

§ 1° - Na hipótese do inciso II, do presente artigo, se o julgamento não estiver concluído no prazo de cento e oitenta dias, cessará o afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 2° - Enquanto não sobrevier sentença condenatória nos crimes comuns e nos de responsabilidade, o Prefeito não estará sujeito a prisão.

§ 3° - O Prefeito e o Vice-Prefeito não podem, na vigência do mandato, ser responsabilizados por atos estranhos ao exercício de suas funções.

**Art. 146°** - O processo de julgamento do Prefeito pelas infrações administrativas é, no que couber, o estabelecimento no artigo 108, desta Lei Orgânica.

#### SEÇÃO IV

##### Dos Secretários Municipais

**Art. 147°** - Os Secretários Municipais, serão escolhidos dentre os brasileiros, maiores de vinte e um anos e nos exercício dos direitos políticos.

§ 1° - Compete aos Secretários Municipais, além de outras atribuições estabelecidas em lei:

I - exercer orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal, na área de sua competência, e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito;



II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;  
III - apresentar ao Prefeito relatório anual de sua gestão na Secretaria;  
IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

V - comparecer à Câmara Municipal, nos casos e para os fins indicados nesta Lei Orgânica.

§ 2º - Nos crimes comuns, o Secretário Municipal será julgado pelo Juiz de Direito da Comarca; nos de responsabilidade e nas infrações administrativas, pela Câmara Municipal.

§ 3º - O processo de julgamento do Secretário Municipal Pela Câmara Municipal, seguirá, no que couber, o rito do artigo 108 desta Lei Orgânica.

**Art. 148º** - A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais.

§ 1º - Todo órgão da administração pública municipal, direta ou indireta, será vinculado a uma Secretaria Municipal.

§ 2º - A Chefia do Gabinete do Prefeito e a Procuradoria do Município terão a estrutura de Secretaria Municipal.

## SEÇÃO V

### Da Procuradoria do Município

**Art. 149º** - A Procuradoria do Município é a instituição que representa, com procuração do Prefeito, o Município judicial e extra judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei, complementar, no que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º - O Procurador do Município será nomeado pelo Prefeito Municipal, em comissão.

§ 2º - Ao Procurador do Município é vedado o exercício da advocacia fora de suas atribuições institucionais.

**Art. 150º** - Nos crimes de responsabilidade e nas infrações administrativas, o Procurador será julgado pela Câmara Municipal.

**Parágrafo Único** - O processo de julgamento do Procurador do Município seguirá, no que couber, o rito do artigo 108 desta Lei Orgânica.

**Art. 151º** - O Procurador do Município, para fins de remuneração, equiparase ao Secretário Municipal.

## SEÇÃO VI

## Da Guarda Municipal

**Art. 152°** - Lei complementar instituirá a Guarda Municipal destinada à proteção dos bens, serviços e instituições do Município.

§ 1° - Os membros integrantes da Guarda Municipal serão servidores públicos civis.

§ 2° - A Guarda Municipal será subordinada diretamente ao Prefeito Municipal.

§ 3° - A Guarda Municipal não poderá ser utilizada para fins outros que não os expressamente definidos neste artigo.

§ 4° - Será declarado de provimento em comissão, a função de chefe da Guarda Municipal.

## CAPÍTULO I

### Do Sistema Tributário Municipal

#### SEÇÃO I

##### Princípios Gerais

**Art. 153°** - O Município poderá instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas;

III - contribuição de melhoria;

**Art. 154°** - O município só poderá conceder isenção de tributos ou qualquer outro incentivo fiscal no caso de implantação de atividades industriais e comerciais.

**Art. 155°** - As taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do exercício do poder de polícia pela utilização efetiva de serviços específicos, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

\* **Art. 156°** - É vedado ao Município:

I - instituir ou aumentar tributo, sem que a lei estabeleça;

II - Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, por qualquer destinação em razão de ocupação profissional ou

função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - lançar impostos sobre:

- a) - patrimônio, renda ou serviços da União e do Estado;
- b) - templos de qualquer culto;
- c) - patrimônio, renda ou serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais de trabalhadores, das instituições de educação e saúde e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; e
- d) - livros, jornais e periódicos.

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações de tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos intermunicipais, ressalvadas a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Município;

VI - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

VII - Cobrar tributos:

- a) - em relação a fato gerador ocorrido antes do início da vigência da lei que os houver instituído;
- b) - no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os institui ou aumentou.

§ 1º - As vedações do item III, alínea "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades mencionadas.

§ 2º - A vedação do item III, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere o patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º - A vedação do item III, alínea "a" do parágrafo anterior não se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

**Art. 157º** - A administração tributária é atividade vinculada, essencial ao Município, e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao exercício de suas atribuições, principalmente no que se refere a:

- I - cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;
- II - lançamento de tributos;
- III - fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias; e
- IV - inscrição dos inadimplentes em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou judicial.

**Art. 158º** - A lei disporá sobre a criação de comissão permanente constituída de servidores, contribuintes e representantes do Poder Legislativo, com atribuição de decidir,

em grau de recurso, as reclamações sobre lançamentos e demais questões tributárias.

**Art. 159°** - O Município promoverá, periodicamente, a atualização da base de cálculo dos Tributos Municipais.

\* § 1° - A base de cálculo do imposto predial e territorial urbano - IPTU - será atualizada anualmente, por decreto, antes do término do exercício, ouvida a comissão a que se refere o artigo anterior.

§ 2° - A atualização da base de cálculo do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza, cobrado de autônomos e sociedades civis, obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente por decreto do Poder Executivo.

§ 3° - A tabela de cálculo do imposto de transmissão inter vivos será definida em lei, de iniciativa do Prefeito Municipal, e poderá ser atualizada trimestralmente.

§ 4° - A atualização da base de cálculo das taxas, decorrentes do exercício do poder de polícia, será definida em decreto e obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária, podendo ser realizada mensalmente.

§ 5° - a atualização da base de cálculo das taxas de serviços levará em consideração a variação de custos dos serviços prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição.

**Art. 160°** - É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas de qualquer natureza.

§ 1° - Ocorrendo a decadência do direito de constituir crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades.

\* § 2° - A autoridade municipal, qualquer que seja o seu cargo, emprego ou função, e independente do vínculo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente, pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.

**Art. 161°** - As multas de qualquer natureza, não pagas pelo contribuinte no prazo de trinta dias, serão inscritas em dívida ativa, ficando, desde logo, sujeitas à cobrança judicial, devidamente atualizadas;

**Art. 162°** - O Município poderá instituir contribuição cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefícios destes, de sistema de previdência e assistência social.

**Art. 163°** - O Prefeito Municipal, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, divulgará os montantes de cada um dos tributos arrecadados, dos recursos recebidos e dos valores de origem tributária recebidos.



## SEÇÃO II

### Dos Tributos Municipais

**Art. 164°** - Compete ao Município instituir impostos sobre:

- I - propriedade predial e territorial urbana;
- II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
- III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel, caso haja autorização legal;
- IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 151, I, "b", da Constituição Federal;

§ 1° - O imposto do inciso II não incide sobre transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes da fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2° - O imposto previsto no inciso III não exclui a incidência do imposto estadual sobre a mesma operação.

§ 3° - As alíquotas dos impostos previstos nos incisos III e IV não poderão ultrapassar o limite fixado em lei complementar federal.

**Art. 165°** - Pertence ao Município:

- I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza incidente, na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e mantiver;
- II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis nele situados;
- III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;
- IV - vinte e cinco por cento do produto de arrecadação do imposto de Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, e de comunicação.
- V - sua quota parte na repartição, pela União, dos produtos da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, e sobre produtos industrializados, correspondente ao Fundo de Participação do Municípios;
- VI - sua quota parte na repartição, pelo Estado, do produto da arrecadação pela União a ele entregue, do imposto sobre produtos industrializados.

**Art. 166°** - A contribuição de melhoria decorrerá de obras públicas.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Finanças Públicas Municipais**

#### **SEÇÃO I**

##### **Disposições Gerais**

**Art. 167º** - A lei que fixar o plano plurianual estabelecerá, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 1º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de fomento.

§ 2º - Os planos e programas municipais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

§ 3º - A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - a proposta da lei orçamentária será acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões e benefícios de natureza financeira e tributária.

§ 4º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa.

§ 5º - Obedecerá às disposições da lei complementar federal específica a legislação municipal referente a:

I - exercício financeiro;

II - vigência, prazos, elaboração e organização do Plano Plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária e da lei orçamentária anual;

III - normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como instituição de fundos.

**Art. 168º** - Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual e às diretrizes orçamentárias e a proposta de orçamento anual serão apreciados pela Câmara Municipal na forma de Regime Interno, respeitados os dispositivos deste artigo.

§ 1º - Caberá à Comissão Permanente de Finanças:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos e propostas referidos neste

artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II - examinar e emitir parecer sobre planos e programas municipais, e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais Comissões da Câmara Municipal, nos termos do Regulamento Interno;

§ 2º - As emendas só serão apresentadas perante a Comissão, que sobre elas emitirá parecer escrito.

§ 3º - As emendas à proposta do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, somente poderão ser aprovados caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) - dotações para pessoal e seus encargos;

b) - serviço da dívida municipal;

III - sejam relacionadas:

a) - com a correção de erros ou omissões;

b) - com os dispositivos do texto da proposta ou do projeto de lei.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

§ 5º - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos e propostas a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Aplicam-se aos projetos e propostas mencionadas neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta subseção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 7º - Os recursos que, em decorrência do veto, emenda ou rejeição da proposta de orçamento anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica, não utilizados para abertura de créditos adicionais, quando autorizados por lei ou definidos por resolução.

**Art. 169º - São vetados:**

I - o início de programas e projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares e especiais, com a finalidade precisa, aprovadas pela Câmara Municipal por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesas, a destinação de recursos para a manutenção de crédito por antecipação da receita;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes:



VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica de recursos do orçamento anual para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresa, fundações ou fundos do Município;

IX - a instituição de fundo de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem a prévia inclusão do Plano Plurianual ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime contra a administração.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender às despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública.

Art. 170º - O orçamento Municipal, com lei de meios, não autoriza a realização de despesas, que depende de lei específica para cada caso.

Art. 171º - A despesa com o pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou a alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal ou aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentária, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

## SEÇÃO II

### Do Orçamento Municipal

Art. 172º - A lei do Orçamento Anual do Município conterá a discriminação da Receita e da Despesa e obedecerá às normas de direito financeiro definidas em lei federal, à legislação estadual aplicável e aos preceitos desta Lei Orgânica.

§ 1º - É vedado, no Orçamento Anual e no Plurianual, a delegação de poderes



- p a r a
- I - abertura de créditos adicionais;
  - II - realização de operações de crédito.
- § 2º - São da iniciativa do Prefeito Municipal as leis que autorizam a abertura de créditos adicionais ao Orçamento do Poder Executivo.
- § 3º - É de competência do Poder Legislativo a abertura de créditos adicionais ao seu Orçamento Anual.

Art. 173º - O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, de iniciativa do Prefeito Municipal, resultará das propostas parciais de cada poder, compatibilizados em regime de colaboração.

§ 1º - Para proceder à compatibilização previstas neste artigo à efetiva verificação dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, será constituída comissão permanente, composta de três membros, indicados:

- I - um pela Mesa da Câmara Municipal;
- II - um pelo Prefeito Municipal;
- III - um pelos, Conselhos Municipais.

§ 2º - A comissão a que se refere o parágrafo anterior, com amplo acesso a todos os documentos pertinentes à sua função, emitirá laudo conclusivo sobre a capacidade real do Município de arcar com os custos das propostas parciais e indicará, se for o caso, os ajustes necessários ao equilíbrio da despesa com a receita.

§ 3º - A lei definirá critérios e competência desta comissão, que acompanhará e avaliará as receitas do Município, para fim de se estabelecer a justa remuneração do servidor público Municipal.

Art. 174º - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais destinados ao Poder Legislativo, ser-lhe-ão repassados em duodécimos até o dia vinte de cada mês, sob pena de infração administrativa.

Art. 175º - A Câmara Municipal enviará ao Poder Executivo, até o dia 30 de setembro de cada ano, sua previsão orçamentária para o ano subseqüente, para ser incluída no projeto de Lei do Orçamento do Município, após parecer da Comissão permanente referida no art. 173º desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - O projeto de lei do orçamento anual será enviado pelo Prefeito à Câmara Municipal até o dia 30 de outubro de cada ano.

§ 1º - Se o Prefeito Municipal não enviar à Câmara o Projeto de lei orçamentária, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.

§ 2º - A falta de remessa à Câmara Municipal do projeto de lei do orçamento anual implicará em infração administrativa.

Art. 176º - Sob a denominação de Reserva de Contingência Orçamentária,

o orçamento anual conterá dotação global não especificamente destinada a determinado programa ou unidade orçamentária, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, quando autorizados por lei ou definidos por resolução.

**Parágrafo Único** - Trinta por cento da Reserva de Contingência serão utilizados pelo Poder Legislativo.

**Art. 177º** - O quadro demonstrativo anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços, deverá ser explícito, com indicações pormenorizadas dos programas.

**Art. 178º** - A lei orçamentária anual assegurará investimentos prioritários em programas de educação, saúde, habitação, saneamento básico e proteção ao meio ambiente.

§ 1º - Os recursos para os programas de educação não serão inferiores a vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência governamentais.

§ 2º - Os recursos para os programas de saúde serão incorporados, tanto quanto possível, ao Sistema Nacional Único de Saúde e não serão inferiores a quinze por cento da tributária do Município.

**Art. 179º** - Os orçamentos anuais dos órgãos da administração indireta obedecerão à mesma sistemática do orçamento geral, consideradas as peculiaridades de cada entidade.

**Art. 180º** - A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das suas receitas próprias, transferidas, e outras, bem como na utilização das dotações consignadas às despesas para a execução dos programas nele determinados, observando sempre o princípio do equilíbrio.

**Art. 181º** - O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal farão publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

**Art. 182º** - As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão:

I - pelo créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários;

II - pelo remanejamento, transferência e transposições de recursos de uma categoria de programação para outra.

§ 1º - O remanejamento, transferências e a transposição, somente se realizarão quando autorizados em lei específica que contenha a justificação.

§ 2º - Na abertura dos empenhos sobre as dotações fixadas para cada despesa, será emitido o Documento de Empenho, que conterá as características determinadas nas normas gerais de Direito Financeiro.

**Art. 183°** - São despesas do Município as destinadas a serviços da administração, utilizadas exclusivamente com o objetivo de utilidade, uso e gozo dos municípios.

§ 1° - O Município terá somente os encargos que lhe competirem, em virtude de sua atividade administrativa, e os previstos na Constituição Federal e na Constituição Estadual, não podendo a União ou o Estado atribuir-lhe outros, nem obrigá-lo a despesas, sem proporcionar-lhes os meios.

§ 2° - Nenhuma despesa poderá ser efetuada sem a devida autorização legislativa e o necessário empenho prévio, pena de responsabilidade de autoridade infratora.

§ 3° - Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Municipal, em virtude de sentença judicial, far-se-ão na ordem de apresentação a à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos abertos para esse fim, consignados ao Poder Judiciário.

### SEÇÃO III

#### Da Gestão de Tesouraria

**Art. 184 °** - As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa única, regularmente instituída.

**Parágrafo Único** - A Câmara Municipal terá a sua própria tesouraria, por onde movimentará os recursos que lhe forem repassados.

**Art. 185°** - As disponibilidades de caixa do Município e de suas entidades de Administração indireta, inclusive dos fundos especiais e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão depositadas em agências e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão depositadas em agências de instituições financeiras oficiais.

**Parágrafo Único** - As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de Administração indireta poderão ser feitas através de rede bancária oficial mediante convênio.

**Art. 186°** - Poderá ser constituído regime de adiantamento em cada uma das unidades da Administração direta, nas autarquias, nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e na Câmara Municipal, para ocorrer às despesas miúdas de pronto pagamento definidas em lei.

### SEÇÃO IV

## Da Organização Contábil

**Art. 187°** - A Contabilidade do Município obedecerá, na organização do seu sistema administrativo e informativo e nos seus procedimentos, aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas estabelecidas na legislação pertinente.

**Art. 188°** - A contabilidade do município compreende a inspeção e o registro da receita, despesa e atos relativos à gestão do patrimônio.

**Parágrafo Único** - O Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara Municipal e os servidores diretamente encarregados da escrituração contábil, serão solidariamente responsáveis, em cada Poder, pela exatidão das contas municipais.

**Art. 189°** - O exercício financeiros começam em 1° de janeiro e terminam em 31 de dezembro, coincidindo com o ano civil.

**Art. 190°** - A Câmara Municipal terá sua própria contabilidade.

**Art. 191°** - Além das regras contidas no presente capítulo, o município adotará, no que couber, as normas de Direito Financeiro, definidas em lei federal.

## TÍTULO V

### Da Ordem Econômica e Social

#### CAPÍTULO I

##### Disposições Gerais

##### Da Ordem Social

**Art. 192°** - A ordem social tem como base o primado do trabalho, e, como objetivo, o bem-estar e a justiça social.

**Art. 193°** - O Município, na sua circunscrição territorial e dentro de sua competência constitucional, organizar a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade e observando os seguintes princípios:

- I - autonomia municipal;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;



- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente;
- VII - redução das desigualdades sociais;
- VIII - busca do pleno emprego;
- IX - tratamento favorecido para as cooperativas e empresas brasileiras de pequeno porte e microempresas.

Parágrafo Único - A exploração direta da atividade econômica pelo Município só será permitida em caso de relevante interesse coletivo, na forma da lei complementar que, dentre outras, especificará as seguintes exigências para as empresas públicas e sociedades de economia mista, ou entidades que criar ou manter:

- I - regime jurídico das empresas privadas, inclusive quando às obrigações trabalhistas e tributárias;
- II - proibição de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado;
- III - subordinação a uma secretaria municipal;
- IV - adequação da atividade ao Plano Diretor, ao Plano Plurianual e às diretrizes orçamentárias;
- V - orçamento anual aprovado pela Câmara Municipal;

Art. 194° - O Município deverá considerar o capital não apenas como estímulo ao produtor rural, mas também como meio da expansão econômica e de bem estar coletivo;

## CAPÍTULO II

### Da Política Urbana

Art. 195° - A Política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes fixadas em leis, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade, e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1° - O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2° - A propriedade cumpre a sua função social, quando atende às exigências fundamentais de ordenação urbana expressas no Plano Diretor.

§ 3° - Os imóveis urbanos desapropriados pelo Município serão pagos com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo nos casos do inciso III, do parágrafo seguinte.

§ 4° - O Proprietário do solo urbano incluído no Plano Diretor, com área não edificada ou não utilizada, deverá promover seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente, de:

- I - parcelamento ou edificações compulsórias;
- II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no

tempo:

**Art. 196°** - O Plano Diretor do Município contemplará áreas de atividade rural produtiva, respeitadas as restrições decorrentes da expansão urbana.

**Art. 197°** - Leis complementares instituirão os códigos de obras, sanitário e de posturas municipais.

**Art. 198°** - A expedição de licença para construção, reforma ou acréscimo de imóvel, fica condicionada à apresentação de certificado de matrícula da obra nos órgãos competentes;

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Seguridade Social**

**Art. 199°** - O Município assegurará, em seus orçamentos anuais, a sua parcela de contribuição para financiar a seguridade social.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Da Ordem Econômica**

**Art. 200°** - O Município promoverá o seu desenvolvimento econômico, agindo de modo que as atividades econômicas realizadas em seus territórios contribuam para elevar o nível de vida e o bem-estar da população local, bem como para valorizar o trabalho humano.

**Parágrafo Único** - Para consecução do objetivo mencionado neste artigo, o Município atuará de forma exclusiva ou em articulação com a União e o Estado.

**Art. 201°** - Na promoção do desenvolvimento econômico, o Município agirá, sem prejuízo de outras atividades, no sentido de:

- I - fomentar a livre iniciativa;
- II - privilegiar a geração de emprego;
- III - utilizar tecnologia de uso intensivo de mão-de-obra;
- IV - racionalizar a utilização de recursos naturais;
- V - proteger o meio ambiente;
- VI - proteger os direitos dos usuários dos serviços públicos e dos consumidores;
- VII - do tratamento diferenciado à pequena produção artesanal ou mercantil, às microempresas e às pequenas empresas locais, considerando sua contribuição para a democratização de oportunidade econômicas, inclusive para os grupos sociais mais carentes;

VIII - estimular o associativismo, o cooperativismo e as microempresas;  
IX - eliminar entraves burocráticos que possam limitar o exercício da atividade econômica;

X - desenvolver ação direta ou reivindicativa junto a outras esferas do Governo, de modo que sejam, entre outros, efetivados:

- a) - a assistência técnica;
- b) - o crédito especializado ou subsidiado;
- c) - os estímulos fiscais e financeiros;
- d) - os serviços de suporte informativo ou de mercado.

**Art. 202°** - É de responsabilidade do Município, no campo de sua competência, a realização de investimentos para formar e manter a infra-estrutura básica capaz de atrair, apoiar ou incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas, seja diretamente ou mediante delegação ao setor privado para esse fim.

**Parágrafo Único** - A atuação do Município dar-se à, inclusive, no meio rural, para a fixação de contingentes populacionais, possibilitando-lhes acesso aos meios de produção e geração de renda, e estabelecendo a necessária infra-estrutura destinada a viabilizar esse propósito.

**Art. 203°** - A atuação do Município, na zona rural, terá como principais objetivos:

I - oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural condições de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida da família rural;

II - garantir o escoamento da produção, sobretudo o abastecimento alimentar;

III - garantir a utilização racional dos recursos naturais.

**Art. 204°** - Como principais instrumentos para o fomento da produção na zona rural, o Município utilizará a assistência técnica, a extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo e a divulgação das oportunidades de crédito e de incentivos fiscais.

**Art. 205°** - O Município poderá consorciar-se com outras municipalidades com vistas ao desenvolvimento regional a cargo de outras esferas de Governo.

**Art. 206°** - O Município desenvolverá esforços para proteger o consumidor através de:

I - criação de órgão no âmbito da Prefeitura ou da Câmara Municipal para a defesa do consumidor;

II - atuação coordenada com a União e o Estado.

**Art. 207°** - O Município dispensará tratamento diferenciado à micro-empresa

e à empresa de pequeno porte. assim definidas em lei federal e promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico:

**Art. 208** - Às microempresas e às empresas de pequeno porte municipais serão concedidos os seguintes favores fiscais:

- I - isenção do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS;
- II - isenção de taxas de licença para localização de estabelecimento;

**Parágrafo Único** - O tratamento diferenciado previsto neste artigo será dado aos contribuintes citados desde que atendam às condições estabelecidas na legislação específica.

**Art. 209º** - O Município, em caráter precário e por prazo limitado definido em ato do Prefeito, permitirá às microempresas se estabelecerem na residência de seus titulares, desde que não prejudiquem as normas ambientais, de segurança, de silêncio, de trânsito e de saúde pública.

**Parágrafo Único** - As microempresas, desde que trabalhadas exclusivamente pela família, não terão seus bens ou de seus proprietários sujeitos à penhora pelo Município para pagamento de débito decorrente de sua atividade produtiva.

**Art. 210º** - Os portadores de deficiência física e de limitação sensorial, assim como as pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no Município.

## **CAPÍTULO V**

### **Da Saúde Pública**

**Art. 211º** - A saúde é direito de todos os munícipes e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

**Art. 212º** - Para atingir os objetivos estabelecidos no artigo anterior, o município promoverá por todos os meios ao seu alcance:

- I - condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;
- II - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;
- III - acesso de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação.

**Art. 213º** - As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e, complementarmente,



através de serviços de terceiros.

**Parágrafo Único** - A prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados com terceiros, serão preferencialmente gratuitos aos usuários;

**Art. 214°** - São atribuições do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde:

I - programar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;

II - planejar, programar e organizar a rede regional do SUS, em articulação com a sua direção estadual;

III - gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV - executar serviços de:

a) - vigilância epidemiológica;

b) - vigilância sanitária;

c) - alimentação e nutrição;

V - planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

VI - executar a política de insumos e equipamentos para a saúde;

VII - fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para controlá-las;

VIII - formar consórcios intermunicipais de saúde;

IX - gerir laboratórios públicos de saúde;

X - avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, celebrados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde;

XI - autorizar a instalação de serviços privados de saúde e fiscalizar-lhes o funcionamento.

**Art. 215°** - As ações e os serviços de saúde realizados no Município, integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - comando único exercido pelo Departamento Municipal de Saúde;

II - integridade na prestação das ações de saúde;

III - organização de distritos sanitários com locação de recursos técnicos e práticas de saúde adequadas à realidade epidemiológica local;

IV - participação, em nível de decisão, de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde através de Conselho Municipal de caráter deliberativo e paritário;

V - direito do indivíduo de obter informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes à promoção, proteção e recuperação de sua saúde e da coletividade.

**Parágrafo Único** - Os limites dos distritos sanitários referidos no inciso III constarão do Plano Diretor de Saúde e serão fixados segundo os seguintes critérios:

- I - área geográfica de abrangência;
- II - adstrição de clientela;
- III - responsabilidade de serviços à disposição da população.

**Art. 216°** - O Prefeito convocará anualmente o Conselho Municipal de Saúde, para avaliar a situação do Município, com ampla participação da sociedade, e fixar as diretrizes gerais da política de saúde do Município.

**Art. 217°** - A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de saúde, que terá as seguintes atribuições:

- I - formular a política municipal de saúde a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;
- II - planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos destinados a saúde;
- III - aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde Municipal de Saúde.

**Art. 218°** - As instituições privadas poderão participar de fôrma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

**Art. 219°** - O Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município, será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da União e da seguridade social, além de outras fontes.

§ 1° - Os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde no Município constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei.

§ 2° - O montante das despesas de saúde não será inferior a 15% das despesas globais do orçamento anual do Município.

**Art. 220°** - Será assegurado à Departamento de Saúde autonomia administrativa e financeira e a existência de mecanismos que permitam o controle dos recursos à mesma, designados no orçamento anual do Município.

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Assistência Social**

**Art. 221°** - O Município executará na sua circunscrição territorial, com recursos da seguridade social e consoante normas gerais federais, os programas de ação governamental na área de assistência social.

§ 1° - As entidades beneficentes e de assistência social sediadas no Município

poderão integrar os programas referidos no "caput" deste artigo.

§ 2º - A comunidade por meio de suas organizações representativas, participará na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

**Art. 222º** - A lei disporá sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa Social, integrado por representantes dos órgãos que atuam nas atividades de defesa civil, de socorro e assistência, de promoção e integração social.

§ 1º - O Município, com a cooperação da União e do Estado, criará mecanismos para coibir a violência doméstica, através de serviços de apoio à mulher e às crianças vítimas dessa violência.

§ 2º - O Município ofertará condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais.

## **CAPÍTULO VII**

### **Da Educação, da Cultura e do Desporto**

#### **SEÇÃO I**

##### **Da Educação**

**Art. 223º** - O ensino no Município, tem como objetivo o desenvolvimento integral do homem, para que, com o domínio do conhecimento científico, seja capaz de atuar no processo de transformação da natureza e da sociedade.

**Art. 224º** - A educação é um direito de todos os munícipes e um dever do Estado, cabendo ao mesmo assegurar vagas suficientes para atender a toda a demanda do ensino pré-escolar e fundamental.

§ 1º - O Município manterá seu sistema de ensino em colaboração com a União e o Estado, prioritariamente, no ensino pré-escolar e fundamental.

§ 2º - Os recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão:

I - vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida à proveniente de transferências;

II - as transferências específicas da União e do Estado.

§ 3º - Os recursos referidos no parágrafo anterior poderão ser dirigidos também às escolas comunitárias ou filantrópicas, na forma da lei, desde que atendidas as prioridades da rede de ensino do Município.

**Art. 225º** - Integram o atendimento ao educando os programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

**Art. 226°** - O ensino religioso não será obrigatório e, quando for ministrado, será de livre opção dos educandos ou de seus pais.

**Art. 227°** - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino em estabelecimentos públicos municipais;
- V - valorização dos profissionais de ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Município;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

**Art. 228°** - O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia, de:-

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, mesmo para os que não tiverem tido acesso a ele na idade própria, em período de oito horas diárias para o curso diurno;
- II - atendimento educacional especializado ao portador de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de recursos humanos capacitados e material e equipamento públicos adequados, e de vaga em escola próxima à sua residência;
- III - apoio às entidades especializadas, públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o atendimento ao portador de deficiência;
- IV - cessão de servidores especializados para atendimento às fundações públicas, entidades filantrópicas, confessionais e comunitárias, sem fins lucrativos, de assistência ao menor e ao excepcional, como dispuser a lei;
- V - incentivo à participação da comunidade no processo educacional, na forma da lei;
- VI - expansão e manutenção da rede de estabelecimento oficiais de ensino, com a dotação de infra-estrutura física e equipamento adequados;
- VII - expansão da oferta de ensino noturno regular adequado às condições do educando;
- VIII - criação de sistema integrado de bibliotecas, para difusão de informações científicas e culturais;
- IX - programas específicos de atendimento à criança e ao adolescente superdotados, na forma da lei;
- X - supervisão e orientação educacional nas escolas públicas municipais, exercidas por profissional habilitado;
- XI - atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de



programas suplementares de fornecimento de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório é gratuito é direito;

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa na responsabilidade da autoridade competente.

**Art. 229º** - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

**Parágrafo Único** - É vedado o estabelecimento de classe multi-seriadas.

**Art. 230º** - A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino.

**Art. 231º** - É vedado ao Município, até que tenha sido atendido noventa por cento da demanda escolar do primeiro grau, em todo o seu território, criar ou manter, a qualquer título, estabelecimento de ensino do segundo grau.

**Parágrafo Único** - Cumprido o atendimento à demanda de primeiro grau, prevista neste artigo, a criação ou manutenção de estabelecimento de ensino do segundo grau poderá ser objeto de lei específica.

**Art. 232º** - Será assegurado ao professor cinquenta por cento de sua carga horária semanal para atividades extra-classe.

**Art. 233º** - Será assegurado ao professor as condições necessárias à sua qualificação, reciclagem e atualização, garantindo-lhes, inclusive, o direito de afastamento temporário de sua atividade sem perda salarial.

**Art. 234º** - Lei complementar criará o Conselho Municipal de Educação, de caráter permanente, composto por representantes indicados:

I - 2/5 pelo Poder Executivo;

II - 2/5 pelo Poder Legislativo; e

III - 1/5 pelos professores ou entidades representativas da classe.

**Art. 235º** - Será assegurada a participação de professores, servidores, estudantes e pais de alunos, na gestão democrática das escolas, através da eleição para a escola da direção das mesmas e na elaboração de seus regimentos escolares.

**Art. 236°**- Será assegurada ao Departamento de Educação autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica, e a existência de mecanismos que permitam o controle dos recursos destinados a mesma no orçamento anual do Município.

## **SEÇÃO II**

### **Da Cultura**

**Art. 237°**- O Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente ligadas à sua história, à sua comunidade e aos seus bens.

§ 1° - O Município promoverá a criação, instalação e manutenção do arquivo municipal do patrimônio histórico-cultural.

§ 2° - Ficam sob proteção do Município os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, ecológico e científico, que vierem ser tombados pela municipalidade, ficando desde já tombados pelo patrimônio histórico a Igreja Matriz e Estação Ferroviária e a Ponto Metálica sobre o Rio Verde Grande no sentido Glaucilândia Montes Claros.

§ 3° - Os bens tombados pela União ou pelo Estado merecerão idêntico tratamento, mediante convênio.

§ 4° - O Município promoverá o levantamento e a divulgação das manifestações culturais da memória da cidade e realizará concursos, exposições e publicações para sua divulgação.

§ 5° - O acesso à consulta dos artigos da documentação oficial do Município é livre.

§ 6° - O Município patrocinará a criação, instalação e manutenção de feira de artesanato local.

## **SEÇÃO III**

### **Do Desporto e do Lazer**

**Art. 238°**- O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e à promoção desportiva dos clubes locais.

**Art. 239°**- O Município incentivará o lazer como forma de promoção social.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Do Meio Ambiente**

**Art. 240º** - Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à comunidade o dever de defendê-lo ou preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Município:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - definir, em lei complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos, e a forma da permissão para a alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

III - exigir, na forma da lei, para instalação de obra, atividade ou parcelamento do solo potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente, estudos práticos de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

IV - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias, que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

V - promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente;

VI - proteger a flora e a fauna, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam animais à crueldade.

§ 2º - Rios ficam sob a proteção do Município e sua utilização far-se-á dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 3º - Aquele que explorar recursos minerais, inclusive extração de areia, cascalho ou pedreiras, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 4º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções administrativas e penais, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

## **CAPÍTULO IX**

### **Dos Deficientes, da Criança e do Idoso**

**Art. 241º** - A lei disporá sobre a exigência de adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiências física ou sensorial.

**Art. 242º** - O Município promoverá programas de assistência à criança e ao idoso.

**Art. 243°** - É garantido, nos estabelecimentos de ensino municipais, ao estudante hemofílico, a reposição de aulas perdidas por motivo de saúde.

**Parágrafo Único** - Incumbe ao Município, conjuntamente com o Estado, realizar censo para levantamento do número de portadores de deficiência, de suas condições econômicas, culturais e profissionais, e das causas da deficiência para orientação do planejamento de ações públicas.

## **CAPÍTULO X**

### **Da Previdência Social**

**Art. 244°** - A assistência Previdenciária dos servidores públicos municipais será prestada pelo Instituto de Previdência Municipal dos Servidores do Município de Glaucilândia;

**Art. 245°** - Os aposentados e pensionistas terão direito à gratificação natalina, com base no valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

**Art. 246°** - Os ganhos habituais dos servidores, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos, e na forma da lei.

## **TÍTULO VI**

### **Das Disposições Orgânicas Gerais**

**Art. 247°** - É considerada data cívica o dia do Município de Glaucilândia, celebrada anualmente em 21 de dezembro.

**Parágrafo Único** - A semana em que recair o dia 21 de dezembro, constitui período de celebrações cívicas em todo território do Município.

**Art. 248°** - O Prefeito Municipal eleito, imediatamente após a proclamação do resultado das eleições, poderá designar Comissão de Transição, para promover completo levantamento da situação da administração direta e indireta, inclusive com a contratação, se julgar necessário, de auditoria externa.

**Parágrafo Único** - O Prefeito Municipal oferecerá as condições necessárias ao trabalho da Comissão de Transição.



**Art. 249°** - Todos os cidadãos têm direito a receber dos órgãos públicos municipais informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral via certidões ou cópias xerox, que serão prestadas no prazo máximo de quinze dias úteis, sob pena de responsabilidade.

**Art. 250°** - Todo servidor público ocupante de cargo em comissão, qualquer que seja a sua categoria ou natureza do cargo, e o dirigente a qualquer título, de entidade da administração indireta, obriga-se ao se empossar, pena de nulidade do ato, e ao se afastar do cargo, pena de responsabilidade, a declarar seus bens à Câmara Municipal.

**Parágrafo Único** - A posse só se dará após o cumprimento do disposto neste artigo.

**Art. 251°** - O Prefeito Municipal e a Mesa da Câmara são partes legítimas para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, em face da Constituição do Estado.

**Art. 252°** - Não será antecipada, nem prorrogada a comemoração dos feriados municipais.

**Art. 253°** - A não instalação e a não manutenção de creches previstas nesta Lei Orgânica acarretarão direito dos servidores à indenização, na forma da lei, sem prejuízo do disposto nos arts. 5°, LXXI e § 1°, e 103, § 2°, da Constituição Federal.

**Art. 254°** - O Município assegurará aos cidadãos privados da liberdade por ato judicial, enquanto reclusos na comarca, assistência social, educacional e de saúde, independentemente de qualquer contribuição.

**Art. 255°** - O Município, em cooperação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, regulamentará o Leito e Margens do Rio Verde Grande na área de domínio do Município impedindo a extração excessiva de areia e cascalho, como também o manejo das matas e cerrados naturais, com vistas à extração de madeira para a produção de carvão vegetal.

**Art. 256°** - São partes legítimas para propor ação direta de ilegitimidade de lei ou ato normativo municipal, em face da Lei Orgânica:

- I - O Prefeito Municipal;
- II - a Mesa da Câmara Municipal;
- III - o Ministério Público;
- IV - entidade sindical ou de classe com base territorial no Município.

**Art. 257°** - Fica fazendô parte integrante desta Lei Orgânica o Ato das Disposições Orgânicas Transitórias, a ela anexo, entrando esta Lei em vigor na data de sua

promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Glaucilândia, 12 de setembro de 1.998

**ATOS DAS DISPOSIÇÕES**

**ORGÂNICAS TRANSITÓRIAS**

## ATO DAS DISPOSIÇÕES ORGÂNICAS TRANSITÓRIAS

**Art. 1º** - O Prefeito Municipal e os Vereadores à Câmara Municipal prestarão o compromisso de manter, de defender e de cumprir a lei Orgânica do Município, no ato de sua promulgação.

**Parágrafo Único** - O não cumprimento do disposto no presente artigo, implicará na perda do cargo, a ser declarada pelo Presidente da Câmara Municipal, de ofício, ou de requerimento de qualquer cidadão.

**Art. 2º** - São considerados estáveis os servidores públicos municipais cujo ingresso não seja consequente de concurso público, mas que, à data da promulgação da Constituição Federal, completaram, pelo menos, cinco anos continuados de exercício de função pública municipal.

§ 1º - O tempo de serviço dos servidores referidos neste artigo será contado como título, quando se submeterem a concurso público, para fins de efetivação, na forma da lei.

§ 2º - Executados os servidores admitidos a outros título, não se aplica o disposto neste artigo aos nomeados para cargos em comissão ou admitidos para funções de confiança, nem aos que a lei declare de livre exoneração.

§ 3º - Exclui-se da readmissão o servidor afastado por falta grave, mediante processo administrativo regular.

**Art. 3º** - Os agentes políticos municipais, os Secretários municipais, o Procurador do Município e todos os servidores ocupantes de cargos em comissão, apresentarão à Câmara Municipal, dentro de noventa dias a contar da promulgação da Lei Orgânica, sua declaração de bens, atualizada, sob pena de responsabilidade.

**Art. 4º** - Projeto de lei complementar, instituindo o Estatuto dos Servidores



Públicos Municipais, com base na Lei Orgânica, deverá ser encaminhado pelo Prefeito à Câmara Municipal, dentro de vinte dias, a contar da promulgação da Lei Orgânica.

**Parágrafo Único** - Dentro de sessenta dias, proceder-se-à revisão dos direitos dos servidores públicos municipais inativos e pensionistas e à atualização de proventos e pensões a eles devidos, a fim de ajustá-los aos dispositivos da Lei Orgânica.

**Art. 5º** - O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara têm o prazo de sessenta dias para cumprirem, no corrente exercício, o disposto no artigo 128, da Lei Orgânica.

**Art. 6º** - As concessões para exploração de serviços públicos municipais serão revistas pela Câmara Municipal, no prazo máximo de cento e oitenta dias após a promulgação da Lei Orgânica.

**Art. 7º** - O Prefeito Municipal promoverá, até noventa dias da promulgação da Lei Orgânica, entendimento com o Governo do Estado para o imediato cumprimento do disposto no artigo 147, da Constituição Estadual.

**Art. 8º** - O Prefeito Municipal encaminhará à Câmara Municipal, com cópia ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de trinta dias a contar da promulgação da Lei Orgânica, relação detalhada dos servidores municipais, especificando cargo, função e salário.

**Art. 9º** - A Câmara Municipal, no prazo de sessenta dias da promulgação da Lei Orgânica, promoverá as reformas necessárias em sua estrutura administrativa, adaptando-a à realidade legislativa.

**Art. 10º** - Enquanto não for instituída a Guarda Municipal destinada à proteção dos bens, serviços e instalações do município, tais serviços poderão ficar a cargo da Polícia Militar do Estado, mediante convênio.

**Art. 11º** - A Câmara Municipal promoverá, até cento e vinte dias após a promulgação desta Lei Orgânica, a eleição dos Conselheiros Distritais, de que trata esta Lei Orgânica.

**Art. 12º** - A Câmara Municipal elaborará, no prazo de noventa dias, contados da promulgação da Lei Orgânica, o seu Regimento Interno, adaptado às novas disposições orgânicas.

**Art. 13º** - Até que se defina em lei complementar as condições para a criação e extinção de subdistritos a criação dependerá da comprovação da existência, na respectiva área territorial dos seguintes requisitos:

I - população estimada, superior a dois mil habitantes;

II - eleitorado não inferior a cinco por cento da população;  
III - existência de povoado com vinte ou mais casas de edifício para escola pública, e de logradouros públicos definidos;

§ 1º - A prova de satisfação dos requisitos do parágrafo anterior consistirá:

I - em declaração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou órgão equivalente, relativamente à população;

II - em certidão do Cartório Eleitoral, quanto ao eleitorado;

III - em vistoria determinada pela Mesa da Câmara Municipal quanto às moradas, edifícios para escola e logradouros públicos.

§ 2º - O subdistrito, que não terá sede distinta do Distrito, terá limites fixados por linhas que distribuam todo o território do Distrito pelos subdistritos considerados necessários, formando área contínua.

§ 3º - Os subdistritos de um Distrito terão designações próprias definidas na lei de sua criação

§ 4º - Os subdistritos são sub-unidades administrativas destinadas a atender às necessidades do serviço público.

§ 5º - O Prefeito Municipal tem, concorrentemente com a Câmara Municipal, competência para propor a criação de subdistrito.

**Art. 14º** - O Município elaborará o Plano Diretor e o Plano de Desenvolvimento integrado no prazo máximo de dois anos, devendo, para isso, consignar as respectivas dotações nos orçamentos anuais.

**Art. 15º** - A Lei Complementar, que definir o regime jurídico único dos servidores municipais, determinará o prazo de enquadramento ao regime estabelecido, vedadas, desde já novas contratações.

**Art. 16º** - Lei Complementar estabelecerá, no prazo de cento e oitenta dias, plano de carreira e de reclassificação de cargos e funções dos servidores públicos municipais.

**Art. 17º** - Compete à Câmara Municipal, até a criação do órgão de composição paritária com competência expressa, referido no artigo 182, resolver, em grau de recurso, sobre as reclamações contra atos do Prefeito, em matéria fiscal.

**Art. 18º** - O número de funcionários municipais não poderá ser superior a 1% (um por cento) do número de habitantes do Município.

**Art. 19º** - Esta Lei Orgânica somente poderá, se necessário, ser alterada, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal, após 02 (dois) anos de sua promulgação.

**Art. 20º** - A Câmara Municipal promoverá a edição do texto integral da Lei



# CAMARA MUNICIPAL DE GLAUCILÂNDIA

CEP 39592-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

## EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/2009

“ALTERA OS ARTIGOS 39 E 138, CAPUT, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Artigo 1º - Os Artigos 39 e 138, caput, da Lei Orgânica Municipal passarão a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 39 – A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos Municipais, respeitando o limite prudencial estabelecido pela Lei Complementar Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Parágrafo Único – Os vencimentos dos Secretários Municipais poderão ser iguais mas nunca superior aos subsídios percebidos pelos Vereadores.

Artigo 138 - A remuneração do Prefeito Municipal não poderá ser superior a 70% (setenta por cento) da remuneração do Governador do Estado de Minas Gerais.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Glaucilândia, 03 de Setembro de 2009.

Vereadores: Rafael Cardoso Santos

*Rafael Cardoso Santos*

Onofre Nunes Sobrinho

*Onofre Nunes Sobrinho*

José Arnaldo da Cunha

*José Arnaldo da Cunha*

Aprovado por UNANIMIDADE na 1ª Discussão, em Regime

Urgência. Sala das Sessões, 08 de Setembro de 2009

*Onofre Nunes Sobrinho*

Onofre Nunes Sobrinho  
PRESIDENTE DA CÂMARA  
GLAUCILÂNDIA-MG

Promulgo Emenda Nº 001/2009

sala das Sessões 08/09/09

*Onofre Nunes Sobrinho*

Rua dos Ferroviários, 170 - Centro  
Fonefax.: (038) 3236-8105  
camara-glaucilandia@yahoo.com.br